

# Diário do Acionista

ANO X • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 7 de maio de 2026 • Nº 2292 • R\$ 1,00  
www.diariodoacionista.com.br

## THIAGO RANGEL

## TERRAS RARAS

### Moraes: Alerj não pode rever prisão de deputado

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) não poderá realizar uma sessão para rever a decisão que determinou a prisão do deputado estadual Thiago Rangel (Avante). Com o entendimento, o parlamentar continuará preso por tempo indeterminado. Na terça-feira passada, Rangel foi alvo da quarta fase da Operação Unha e Carne, da Polícia Federal (PF), que apura supostas fraudes em contratos de compras para a Secretaria de Educação do estado. Na decisão, Moraes se antecipou a eventual votação que poderia ser realizada pela Alerj. De acordo com a Constituição do Estado do RJ quando um deputado é preso, a Casa tem prazo de 24 horas para realizar uma votação para decidir se a prisão será mantida. No entendimento do ministro, essa espécie de "imunidade" concedida aos parlamentares também está prevista na Constituição Federal. **PÁGINA 5**

## Câmara aprova fundo de até R\$ 5 bi para minerais críticos

A Câmara dos Deputados aprovou ontem, em votação simbólica, o texto base do projeto de Lei (PL) 2780/24, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE). O projeto prevê, entre outros pontos, a criação de um comitê ou conselho responsável por definir quais são os minerais críticos e estratégicos do país. Também estão previstos incentivos governamentais e prioridade de licenciamento para projetos do setor. O comitê criado pelo projeto será vincu-

lado ao Conselho Especial de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), órgão de assessoramento presidencial sobre a formulação de políticas e diretrizes voltadas ao desenvolvimento do setor mineral. A proposta aprovada cria um Fundo Garantidor da Atividade Mineral (Fgam) com aporte de R\$ 2 bilhões da União para garantir empreendimentos e atividades vinculados à produção de minerais críticos e estratégicos. O montante do fundo pode chegar a R\$ 5 bilhões.

## JUIZES

FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL



## Dino reafirma que novos penduricalhos estão proibidos

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que está proibida a criação de novos benefícios a juízes e membros do Ministério Público após a decisão da Corte que limitou o pagamento dos penduricalhos. No dia 25 de março, por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos integrantes da Corte, que tem o teto como referência e é equivalente a R\$ 46,3 mil. Contudo, após a decisão, diversos tribunais passaram a criar novos benefícios que não foram autorizados pela Corte na decisão que limitou os penduricalhos. **PÁGINA 7**

## SÃO PAULO

### Gestão Tarcísio tenta negar piora na segurança

O governo de São Paulo rebateu ontem, o estudo Ranking de Competitividade dos Estados 2026 - Eleições, do Centro de Liderança Pública (CLP), que aponta piora do estado nos indicadores de segurança pública em 2025. Após permanecer na terceira posição nos dois primeiros anos da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos), em 2023 e 2024, São Paulo caiu para o nono lugar no levantamento no ano passado. A plataforma lançada ontem, e enviada com exclusividade ao Grupo Estado, reúne indicadores de segurança pública nos estados. O levantamento compara o desempenho entre 2023 e 2025 e aponta Santa Catarina na liderança nacional, com destaque para o avanço do Rio Grande do Norte no Nordeste. De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP), houve redução da criminalidade no mesmo período e "desconhece" a metodologia do instituto. **PÁGINA 4**

## ESCALA 6X1

### Durigan: produtividade permite reduzir jornada sem corte salarial

PAULO PINTO/ABRASIL



O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), disse que o aumento de produtividade obtido com o uso de novas tecnologias possibilitará que a redução da escala de trabalho 6x1 seja implementada sem que haja corte nos salários dos trabalhadores. Durigan participou, ontem, do programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Durante a entrevista, ele disse que mudanças estruturais no mundo do trabalho resultaram em avanços em termos de produção. "O mundo avançou. As pessoas estão mais produtivas e há ganhos digitais, de comunicação. **PÁGINA 3**

## MOTIM NA CÂMARA

### Conselho de Ética suspende três deputados por 60 dias

O Conselho de Ética da Câmara suspendeu por 60 dias os mandatos dos deputados Marcos Pollon (PL-MS), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC), por quebra de decoro. A suspensão foi motivada pelo motim realizado pelos parlamentares no plenário da Casa em favor da anistia aos golpistas condenados no contexto do 8 de janeiro de 2023. O resultado da votação do Conselho de Ética ainda precisa ser confirmado, em plenário, por pelo menos 257 votos. Os deputados alvos das representações ainda podem recorrer da decisão à Comissão de Constituição e Justiça. Em agosto de 2025, deputados e senadores da oposição pernottaram nos plenários do Congresso impedindo a realização das sessões. **PÁGINA 6**

## INDICADORES

IBOVESPA 0,62% / 186.753,82 / 1.153,70 / Volume: 26.268.911.326 / Negócios: 3.568.286						Bolsas no mundo		Salário mínimo		IGP-M		EURO turismo		
Mais Negociados						Fechamento		R\$ 1.621,00		0,52% (mar.)		Compra: 5,8121		
Preço	%	Oscil.	Preço	%	Oscil.		%	Ufir-RJ	IPCA	CDI	0,88% (mar.)	Venda: 5,9921		
ABEV3	16,65	+15,30	+2,21	OIBR3	0,13	+18,18	+0,02	SEQL3F	0,120	-14,29	-0,020	S&P 500	7,259,22	+0,81
CPL3	15,90	+0,19	+0,03	AZEV4F	0,14	+16,67	+0,02	FSPE11F	0,28	-9,68	-0,03	US Tech 100	27,416,8	+1,86
COGN3	2,73	0,00	0,00	RVEE3	1,100	+15,79	+0,150	WVAMO9F	3,060	-8,66	-0,290	Euronext 100	1,801,85	+1,53
CVCB3	2,44	+2,52	+0,06	ABEV3	16,65	+15,30	+2,21	SEQL3	0,120	-7,69	-0,010	CAC 40	8,062,31	+1,08
ITUB4	42,46	+0,14	+0,06	ABEV3F	16,67	+15,28	+2,21	RCSL3	0,40	-6,98	-0,03	FTSE 100	10,219,11	-1,40

**MERCADOS**

## Bovespa emenda 2ª alta com apetite externo, dólar tem alta de 0,18%

LUÍS EDUARDO LEAL/AE

As Bolsas de Valores de São Paulo (Bovespa) conseguiu emendar um segundo dia positivo, série curta que, contudo, não era vista desde a primeira metade de abril, quando o Índice Bovespa (Ibovespa) encadeou 11 altas, entre 30 de março e 14 de abril, sequência que o alçou a novas máximas históricas bem perto do limiar dos 200 mil pontos. Ontem, flutuou dos 186.762,11 até os 188.674,36 pontos, com mínima correspondente ao nível de abertura. Ao fim, marcava 187.690,86 pontos, em alta de 0,5%, com giro a R\$ 29,2 bilhões. Na semana e no mês, o índice passa ao positivo (+0,2%), e no ano sobe 16,49%.

As principais ações da B3 operaram no campo positivo, à exceção de Petrobras (ON -3,77%, PN -2,86%) e de Itaú (-1,6%), que divulgou na terça-feira à noite balanço forte, mas em linha com o esperado. Bradesco (ON +0,67%, PN +0,42%) com previsão de divulgação dos resultados trimestrais após o fechamento do mercado financeiro.

Em Nova York, os principais índices subiram mais de 1% na sessão, com destaque para o tecnológico Nasdaq (+2,02%) e o amplo S&P 500 (+1,46%), ambos em novos recordes.

Na B3, destaque para a forte recuperação de Vale ON, prin-

cipal ação do Ibovespa, que neutralizou as perdas da semana e do mês com um ganho de 3,62% na sessão. Na ponta ganhadora do índice, C&A (+7,06%), Cury (+6,89%) e CSN (+6,86%). No lado oposto, TIM (-7,88%) e Prio (-4,26%) à frente das duas ações de Petrobras, em dia no qual os contratos futuros mais negociados do Brent e do WTI mergulharam 7%, em Londres e Nova York.

**DÓLAR**

O dólar à vista reduziu o ritmo de alta na última hora de negócios, com o aumento do apetite ao risco no exterior após declarações positivas do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre negociações com o Irã, e encerrou a sessão cotado a R\$ 4,9207, avanço de 0,18%. Na máxima, pela manhã, havia atingido R\$ 4,9352.

Afora uma queda pontual no início do pregão, quando rompeu o piso de R\$ 4,90 ao registrar mínima de R\$ 4,888, o dólar operou em alta no restante do dia, na contramão da tendência global da moeda norte-americana.

Na terça-feira, o dólar fechou no menor nível desde 26 de janeiro de 2024, passando a acumular queda de dois dígitos em 2026.

Apesar da leve alta de ontem, a moeda norte-americana ainda recua 0,63% na semana. No ano, as perdas somam 10,34%.

**MOVE BRASIL**

# MDIC define regras para crédito de R\$ 21,2 bilhões

WELLTON MÁXIMO/ABRASIL

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) detalhou as regras para acesso aos R\$ 21,2 bilhões em crédito do programa Move Brasil, voltado à renovação da frota de caminhões, ônibus e implementos rodoviários no país.

A pasta publicou no Diário Oficial da União (DOU) a portaria com as normas que estabelecem quem pode contratar o financiamento e quais veículos são elegíveis. A medida busca facilitar a compra de veículos com juros mais baixos que os praticados no mercado, ao mesmo tempo em que impõe critérios ambientais e de produção nacional.

O crédito está disponível para:

- Pessoas físicas, como transportadores autônomos;
- Cooperativas;

- Empresas do setor de transporte.

No caso de caminhões seminovos, a compra é restrita a autônomos vinculados a cooperativas, e os veículos devem ter sido fabricados a partir de 2012.

Podem ser financiados:

- Caminhões;
- Ônibus;
- Implementos rodoviários (como reboques e carrocerias).

Para serem aceitos no programa, os veículos precisam cumprir duas exigências principais:

- Sustentabilidade: respeitar limites de emissão de poluentes;
- Origem nacional: atender a índices mínimos de fabricação no Brasil.

Esses critérios seguem as diretrizes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), responsável por operar os recursos.

Uma das formas de conseguir condições ainda melhores no financiamento é entregar um veículo antigo como parte do processo.

Para isso, o veículo usado precisa:

- Estar em condições de rodagem;
- Ter licenciamento regular (2024 ou posterior);
- Ter mais de 20 anos de fabricação;
- Após a operação, o proprietário deve comprovar que o veículo foi encaminhado para reciclagem em até 180 dias.

**FINANCIAMENTO**

As condições financeiras das linhas de crédito do programa, como juros, prazos e carência, foram regulamentadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) na terça-feira. Os prazos variam conforme o perfil:

- Até 10 anos (120 meses) para autônomos, com até 12 me-

ses de carência (prazo para pagar a primeira prestação);

- Até 5 anos (60 meses) para empresas, com até 6 meses de carência

- O valor máximo por financiamento é de R\$ 50 milhões por cliente.

Com a nova regulamentação, o governo pretende:

- Renovar a frota de transporte no país;
- Reduzir a emissão de poluentes;
- Incentivar a indústria nacional;
- Ampliar o acesso ao crédito com juros mais baixos.

A ampliação do programa foi autorizada por medida provisória assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e mais que dobrou os recursos disponíveis, que antes eram de R\$ 10 bilhões. A expectativa é que as novas regras acelerem a adesão ao programa e ampliem os investimentos no setor de transporte.

**MEIS**

# Microempreendedores individuais: quase 30% estão no Cadastro Único

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

Quase trinta por cento dos microempreendedores individuais (MEIs) do país estão inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), plataforma que reúne beneficiários das políticas de assistência do governo federal. Em números absolutos, isso representa 4,6 milhões de MEIs em um total de 16,6 milhões.

Os dados são do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS).

Segundo a pesquisa, cerca de 2,6 milhões de empreendedores decidiram abrir o CNPJ depois de aderir ao CadÚnico. Os ou-

tros 1,9 milhões abriram o CNPJ antes da adesão.

A conclusão é que os benefícios sociais são um estímulo para que as pessoas busquem autonomia financeira, diz o presidente do Sebrae, Rodrigo Soares.

“As políticas públicas impulsionam o empreendedorismo. No ano passado, reunimos uma sequência consistente de indicadores positivos. O Brasil possui enorme capacidade produtiva, tendo os pequenos negócios como grandes protagonistas. A inclusão social, de renda e de emprego passam pelo empreendedorismo”, analisa Rodrigo.

O ministro do MDS, Wellington Dias, destaca que as políticas de Estado garantem mais do que proteção às famílias.

“Quando uma pessoa acessa o Cadastro Único, ela passa a ter oportunidades de qualificação, crédito e inclusão produtiva. O que esses dados mostram é que a política social não é ponto de chegada, é ponto de partida para que milhões de brasileiros possam empreender, gerar renda e construir um futuro com mais dignidade”, diz o ministro.

A maioria dos empreendedores inscritos no CadÚnico é mulher (55,3%), não branca (64%), pertence a famílias de três ou mais integrantes (51,3%) e tem, pelo menos, o Ensino Médio completo (51%). A faixa etária predominante é de adultos entre 30 e 49 anos (53%).

O setor de serviços domina entre os segmentos de atividade

mais procurados pelos MEIs inscritos no CadÚnico: 54%. O percentual é explicado principalmente pelo baixo investimento inicial que esse setor demanda. Em seguida, aparece o comércio, com 26%, e a indústria, com 10%.

Os responsáveis pelo levantamento defendem que geração de emprego e renda, aliada ao estímulo ao empreendedorismo, possibilita a superação da pobreza. Citam como argumento o fato de que mais de 2 milhões de famílias saíram do Programa Bolsa Família em 2025.

A maioria (1,3 milhão) deixou de receber o benefício em razão do aumento da renda familiar e outras 726 mil famílias concluíram o período na regra de proteção.

**AGRICULTURA FAMILIAR**

## BNDES anuncia R\$ 40 milhões para produção de bioinsumos

JULIANA GARÇON/AE

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou, ontem, um novo ciclo do BNDES Bioinsumos, com R\$ 40 milhões em recursos não reembolsáveis para apoiar cooperativas e associações de agricultores familiares na produção de bioinsumos para uso próprio.

A nova chamada dá continuidade à iniciativa lançada em 2025, que destinou recursos não reembolsáveis a cooperativas da agricultura familiar para produção e multiplicação de bioinsumos acessíveis e replicáveis.

O primeiro teve, como resultado preliminar, quatro projetos selecionados, somando R\$ 20 milhões. Esses projetos seguirão para uma nova etapa de avaliação do BNDES antes da contratação.

O lançamento do ciclo acon-

teceu durante plenária do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), em Brasília.

O banco de fomento informou que desde 2023 mobilizou mais de R\$ 2,4 bilhões para iniciativas voltadas à construção de sistemas alimentares saudáveis, sustentáveis e inclusivos.

A proposta é tornar os bioinsumos - produtos de origem biológica que promovem o desenvolvimento de sistemas agrícolas, animais, aquícolas e florestais - mais acessíveis à agricultura familiar e fortalecer práticas sustentáveis de produção de alimentos.

“O BNDES Bioinsumos é uma iniciativa estratégica para fortalecer a agricultura familiar, ampliar a produção de alimentos saudáveis e reduzir a dependência de insumos convencionais”, afirmou o presidente do banco, Aloizio Mercadante.

**FAZENDA**

# Durigan diz que Brasil está num bom caminho e prevê superávit este ano

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, disse, ontem, que o papel do seu ministério é manter a estabilidade fina do país. Em entrevista ao programa Alô Alô Brasil, apresentado por José Luiz Datena, ele destacou que o Brasil está num bom caminho. “Estamos projetando superávit neste ano e no próximo”.

Durigan acrescentou que o Ministério da Fazenda já entregou a primeira peça do orçamento para 2027: “É a Lei de Diretrizes Orçamentárias, que já aponta superávit de 0,5% para o próximo ano e vamos seguir nessa toada”.

Durigan fez também uma comparação entre 2026, último ano do atual mandato do presidente Lula, com 2022, que marcou o fim do mandato do ex-presidente Jair Bolsonaro: “2026 será diferente de 2022. Em 22

também tinha guerra, tinha problemas. O que foi feito em 2022 foi meter os pés pelas mãos. Tomou-se dinheiro dos governadores na mão grande, houve calote em precatórios e as pessoas pararam de receber”.

O ministro explicou que naquele ano foi registrado superávit, mas que isso aconteceu porque “empurraram um monte de problemas para a frente”. Na entrevista, Durigan lembrou que o então ministro Fernando Haddad pagou os governadores quase R\$ 30 bilhões em 2023, pagou precatório às pessoas, fez a reforma tributária e organizou as contas do país. “Vamos fazer um 2026 com estabilidade na economia”.

**ABASTECIMENTO**

“Neste ano temos risco no abastecimento (de combustí-

JOSÉ CRUZ/ABRASIL



dente, falou com todos os governadores e disse que as coisas não serão feitas como em 2022.

“Se tem um problema com todo mundo, vamos dividir a conta, especificamente da importação do diesel. Estamos dividindo a conta e mesmo os [governadores] da oposição toparam, exceto um”.

Quem ficou de fora do acordo foi o governo de Rondônia, que não aceitou reduzir o ICMS, imposto estadual que incide sobre o diesel.

O ministro explicou que o governo federal tirou o tributo do diesel, mas também do biodiesel “para tratar de maneira paritária o combustível fóssil e o renovável”. “Estamos apresentando também ao Congresso a possibilidade de tirar o tributo da gasolina e do etanol, ainda que parcialmente”.

É um risco para escoar nossa safra e para os caminhoneiros continuarem trabalhando regularmente”, alertou.

“Estamos cuidando para manter o abastecimento firme no país”, disse o ministro. Ele informou que, a pedido do presi-

**Diário do Acionista**

www.diariodoacionista.com.br

Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, 962, sala 908  
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002  
Tel.: (21) 99122-4278-Claro

São Paulo

Rua Olímpíadas, 205 - 4º andar  
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000  
Tel.: (11) 2655-1899**Administração - Redação**

CESAR FIGUEIREDO - Diretor

FELIPE SOARES - Diretor

PAULO DETTMANN - Editor Chefe

HAROLDO PAULINO - Diagramação

PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br

REDAÇÃO: redacao@diariodoacionista.com.br

SERVIÇOS NOTICIOSOS: Agência Estado e Agência Brasil

**ANJ** ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JORNALIS

ACESSE NOSSO SITE

## ESCALA 6x1

# Durigan: produtividade admite reduzir jornada de trabalho

PEDRO PEDUZZI/ABRASIL

O ministro da Fazenda, Dario Durigan (foto), disse que o aumento de produtividade obtido com o uso de novas tecnologias possibilitará que a redução da escala de trabalho 6x1 seja implementada sem que haja corte nos salários dos trabalhadores.

Durigan participou, ontem, do programa Bom Dia, Ministro, produzido pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC). Durante a entrevista, ele disse que mudanças estruturais no mundo do trabalho resultaram em avanços em termos de produção.

"O mundo avançou. As pessoas estão mais produtivas e há ganhos digitais, de comunicação. É preciso reconhecer isso e não passar a conta para a população", argumentou o ministro ao reafirmar o compromisso do governo com a defesa dos interesses dos trabalhadores, de forma a garantir que a redução da escala não venha acompanhada de reduções salariais.

"Vamos fazer questão de incluir, em qualquer medida que



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABRASIL

seja aprovada no Congresso, a proteção à não redução de salário. Não vai haver redução de salário", disse.

O ministro lembrou que três em cada dez trabalhadores brasileiros cumprem jornada de seis

dias por semana, e que a maioria recebe até dois salários mínimos.

"Estamos falando de 80% que ganham até dois salários mínimos. É o trabalhador de mais baixa renda. Quem tem mais alta renda está conseguindo esca-

las mais razoáveis. A ideia é reconhecer o ganho de produtividade e fazer com que a gente transeione de uma realidade em que a pessoa tem um dia para descansar, para dois dias de descanso", argumentou.

## BALANÇO

# Bradesco tem lucro líquido de R\$ 6,811 bi no primeiro trimestre

ANDRÉ MARINHO  
E ALTAMIRO SILVA JUNIOR/AE

O Bradesco registrou lucro líquido recorrente de R\$ 6,811 bilhões no primeiro trimestre de 2026, crescimento de 16,1% ante o mesmo período de 2025 e alta de 4,5% ante o quarto trimestre. O retorno sobre o patri-

mônio líquido (ROAE) ficou em 15,8% em março, de 14,4% um ano antes.

A margem financeira bruta atingiu R\$ 20 bilhões no trimestre, avanço anual de 16,4%. A margem com clientes somou R\$ 19,5 bilhões, alta de 16,3%.

A margem com mercado foi

de R\$ 553 milhões no período, alta de 19,7% na comparação anual. A margem financeira líquida totalizou R\$ 10,3 bilhões no primeiro trimestre, alta de 8,3% em base anual.

"A margem financeira cresceu significativamente no trimestre. Nossa margem com mercado apresentou desempe-

nho positivo em cenário macro desafiador, revelando boa gestão de risco", ressalta o banco no balanço. "Nossa margem com clientes cresceu na comparação com o trimestre anterior, apesar do efeito calendário (menos dias), refletindo aumento do volume de crédito e spread."

## 2026

# Auren Energia registra prejuízo de R\$ 601,6 mi no 1º trimestre

LUCIANA COLLET/AE

A Auren Energia registrou um prejuízo líquido de R\$ 601,6 milhões no primeiro trimestre deste ano, ante lucro líquido de R\$ 54 milhões obtido em igual etapa de 2025.

A receita líquida da companhia cresceu 4,4% nos três primeiros meses do ano, em relação ao mesmo período do ano passado, para R\$ 3,07 bilhões, enquanto o lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda, na sigla em inglês) consolidado teve uma queda de 78,2% na mesma comparação, passando de R\$ 1,377 bilhão para R\$ 300,1 milhões. O indicador foi afetado principalmente pela marcação a mercado dos contratos futuros de energia, fator de natureza não caixa, com reconhecimento prospectivo, salientou a empresa.

O Ebitda ajustado ficou em R\$ 925,9 milhões no primeiro trimestre, montante 23,2% menor que o reportado um ano antes. A margem Ebitda ajustada recuou 10,7 pontos percentuais no período, para 30,1%.

A Auren atribuiu a queda à base de comparação, tendo em vista que no ano passado a geradora registrou ganhos da ordem de R\$ 60 milhões do descolamento de preços entre Sudeste/Centro-Oeste e Nordeste, o que não se repetiu nos três primeiros meses de 2026. Adicionalmente, a companhia foi penalizada por uma menor dispo-

nibilidade de geração tanto eólica, quanto solar e hidrelétrica.

A geração total da Auren, incluindo recursos próprios e participações, caiu 16,6% de janeiro a março, em relação a igual etapa do ano passado, para 3,33 gigawatts médios. No recorte por fontes, para os ativos controlados pela companhia, a geração hidrelétrica diminuiu 20%, refletindo os menores despachos realizados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), frente à preocupação com a recuperação dos reservatórios diante de um cenário de afluências abaixo da média histórica. A produção eólica recuou 16%, com ventos também abaixo da média, enquanto a solar foi 8,9% menor, também refletindo menor recurso solar, além das restrições de geração (curtailment).

## CURTAILMENT

Os cortes de geração nas usinas da Auren chegaram a 13,4% na fonte eólica e 16,3% na fonte solar, em linha com a média observada no Sistema Interligado Nacional (SIN) no primeiro trimestre deste ano, de 14,9% e 16,2%, respectivamente, mas acima do verificado há um ano, de 8,3% e 12,9%.

Em termos financeiros, o impacto do curtailment, líquido da parcela ressarcível, chegou a R\$ 86,2 milhões, acima dos R\$ 50,7 milhões do primeiro trimestre de 2025, mas inferior aos R\$ 207,5 milhões reportados no quarto trimestre.

O ponto positivo do trimestre foi o ganho com modulação, ou seja, o resultado capturado em função do perfil de produção do portfólio da companhia, com significativa geração hidrelétrica, que somou R\$ 97,2 milhões, cinco vezes superior ao registrado um ano antes. Essa entrada mais que compensou o impacto com o curtailment.

"Pela primeira vez, a gente teve um benefício do portfólio da modulação superando o impacto do curtailment, com saldo positivo de R\$ 11 milhões", disse o presidente da Auren, Fabio Zanciel.

Para ele, a tendência é que os ganhos de modulação sigam maiores que os custos com curtailment no futuro, tendo em vista a perspectiva de que os preços horários seguirão oscilando entre mínimas no meio do dia - quando eólicas e solares são cortadas e as geradoras são obrigadas a comprar energia para reposição de seus contratos - e valores elevados no fim da tarde, quando as hidrelétricas são acionadas a contribuir no fornecimento de potência para atender a alta demanda.

"Mas vai depender do trimestre e da configuração do sistema daqui pra frente", disse, citando que o aumento dos cortes durante a chamada 'safra dos ventos' e potenciais períodos de escassez hídrica podem alterar esse cenário.

## DÍVIDA

A queda no Ebitda ajustado

impulsionou a alavancagem da companhia, que subiu para 5,2 vezes dívida líquida/Ebitda ajustado, patamar 0,4 vezes acima do reportado no fechamento de 2025, a despeito da redução de R\$ 135,3 milhões no período.

O vice-presidente de Finanças e Relações com Investidores da companhia, Mateus Ferreira, lembrou que no momento do anúncio da aquisição da AES Brasil, a companhia antecipou que teria um primeiro momento de desalavancagem, saindo de 5,7 vezes para 4,8 vezes, seguido de um período de 'platô', para voltar a desalavancar a partir de 2027.

"No primeiro trimestre a gente entrou nesse platô, e agora está com uma alavancagem muito parecida com aquela do quarto trimestre", disse, reforçando que o indicador deve seguir ao redor de 5 vezes durante todo 2026.

A partir do ano que vem, com o fim dos desembolsos no projeto Cajuína 3 e o início da geração de caixa desse ativo, a companhia deve voltar a observar a desalavancagem.

As obras do projeto de 112 megawatts de potência, localizado no Rio Grande do Norte, avançaram para 68% de execução física, informou a empresa. O início do comissionamento está previsto ainda para o primeiro semestre de 2026, com entrada em operação comercial total estimada para dezembro.

## SANTOS-GUARUJÁ

# TCU libera aporte federal de R\$ 2,6 bi para túnel submerso

JOÃO CAIRES  
E RENAN MONTEIRO/AE

O Tribunal de Contas da União (TCU) revogou ontem, a decisão que impediu temporariamente o aporte federal de R\$ 2,6 bilhões para obras do túnel submerso que ligará as cidades litorâneas de Santos e Guarujá, em São Paulo. A Corte de Contas havia determinado o impedimento em março de 2026 por entender que não havia um instrumento formal assinado pelas partes envolvidas capaz de gerir o aporte financeiro, o que colocaria em risco sua administração.

No voto, o ministro relator, Bruno Dantas, afirmou que o instrumento apresentado pela Autoridade Portuária de San-

tos (APS) ao TCU ainda não é essencial para administração do recurso, mas já pôde ser considerado um avanço significativo para a liberação.

"O bloqueio veio para buscar uma governança interferativa que dê segurança jurídica para os aportes federais. Houve avanço, ainda não o suficiente, mas necessário para revogar a cautelar, já que há necessidade de o aporte ser feito até a próxima semana sob pena de descumprimento contratual", afirmou ele, durante apresentação do voto.

Segundo o relator, a liberação ainda fica condicionada à formalização do instrumento jurídico que regule a governança do aporte federal.

## Nota

## GOVERNO RECORRE CONTRA DECISÃO DO TCU QUE SUSPENDEU CONCESSÕES DE CRÉDITO CONSIGNADO

O governo federal recorreu da decisão do Tribunal de Contas da União (TCU) que determinou a suspensão imediata de novas concessões de crédito consignado nas modalidades de cartão de crédito e cartão consignado de benefício. Na semana passada, a Corte de Contas informou que foram verificados indícios relevantes de fraudes e falhas graves no controle das operações vinculadas a benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). A medida cautelar também foi adotada após suspeita de vazamento e uso indevido de dados de aposentados e pensionistas do Instituto, além de indícios de fraudes e práticas abusivas em operações de crédito consignado. O governo apresentou na terça-feira, 5, agravo com pedido de efeito suspensivo na decisão da Corte. A informação foi antecipada pelo Valor Econômico e confirmada pelo Broadcast, sistema de notícias em tempo real do Grupo Estado. A Corte também mandou interromper novos empréstimos pessoais consignados até que sejam implementadas e estejam em operação travas e mecanismos de controle no sistema e-Consignado. Na segunda-feira, a ministra-chefe da Casa Civil, Miriam Belchior, já havia afirmado que haveria recurso.

### RICARDO PRESENTES LTDA CNPJ Nº 33.060.120/0001-33 – NIRE Nº 332.0023627-7 EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO DE SÓCIOS

Ficam convocados os senhores sócios da RICARDO PRESENTES LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 33.060.120/0001-33, com contrato social registrado na JUCERJA sob o nº 33.2.0023627-7 ("Sociedade empresária limitada"), para Reunião de Sócios, a realizar-se às 09h00min na Av. Nilo Peçanha, nº 50, sala 2608, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20.020-100, no dia 18 de maio de 2026, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (a) Possibilidade de realização de reunião híbrida; (b) Substituição do administrador não-sócio da Sociedade; (c) Alteração do Contrato Social da Sociedade.

### SOCIEDADE PRÓ-LIVRO-ESPÍRITA EM BRAILLE-SPLEB CNPJ: 33.997.560/0001-11

EDITAL DE CONVOCAÇÃO  
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA  
O Presidente da Sociedade Pró-Livro-Espírita em Braille-SPLEB, no uso de suas atribuições, convoca a Assembleia Geral Ordinária para: 1 – Aprovação final do Relatório de Atividades e do Balanço Financeiro -Patrimonial do Exercício de 2025.2 – Assuntos gerais.3 – Data: 23 de maio de 2026. 4 – Horário: 09:30h, em primeira convocação, e 10h em segunda e última convocação. 5 – Local: a reunião será realizada no formato híbrido: presencial, na Sede Social à Rua Thomáz Coelho, 51 - Vila Isabel/RJ, e virtual, pela plataforma Google Meeting, através do link: meet.google.com/ijf-kbqg-qiv. Rio de Janeiro, 06 de Maio de 2026.  
Flávio Pereira Telles - Presidente



### CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA CELSON SUCKOW DA FONSECA - CEFET/RJ

#### AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Eletrônico nº 90.011/2026

**OBJETO:** o objeto da presente licitação é a aquisição de materiais comemorativos dos 20 anos da Uned Maria da Graça do Cefet/RJ, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos. **NÚMERO DO PROCESSO:** 23063.001235/2026-27. **ENTRADA DAS PROPOSTAS:** a partir de 7/5/2026, às 10h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). **ABERTURA DAS PROPOSTAS:** em 19/5/2026, às 10h (horário de Brasília), no site [www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/). **RETIRADA DE EDITAL:** o edital e seus anexos estarão disponíveis no sistema Portal de Compras do Governo Federal ([www.gov.br/compras/pt-br/](http://www.gov.br/compras/pt-br/)). Rio de Janeiro, 27 de abril de 2026. Christiane Rocha Pereira – Pregoeira do Cefet/RJ.

### CONDOMÍNIO DO LOTEAMENTO SÍTIO BOM SITUADO NA RODOVIA RIO SANTOS, KM 442, MANGARATIBA/RJ

CNPJ 30.204.523/0001-10

#### ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA CONVOCAÇÃO

Em atenção ao item 32, VI, da Convenção Condominial, o Síndico, Sr. João Cláudio Nogueira de Carvalho Júnior, convoca os senhores condôminos para a Assembleia Geral Extraordinária a realizar-se no dia 23/05/2026, na Arena Social do Clube Náutico Sítio Bom, em primeira convocação às 09h30 e, em segunda convocação, às 10h00, para deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aquisição Patrimonial: Deliberação sobre a aquisição de 2/12 avos da gleba da nascente; 2. Eleição Conselho Consultivo: Eleição de membro substituto para o Conselho Consultivo, visando o preenchimento de vacância por renúncia, para cumprimento do restante do mandato vigente (biênio 2026/2027) 3. Análise e deliberação sobre ratificação de penalidades aplicadas: apreciação de recursos e concessão de amplo direito de defesa a (s) unidade (s) que, após o envio das devidas notificações por infrações às normas condominiais e por condutas antisociais, mantiveram o comportamento inadequado; deliberação e votação pela manutenção, cancelamento ou conversão das multas aplicadas; 4. Medidas Administrativas e Operacionais: Protocolos de atendimento, fluxos de comunicação e autonomia da portaria; 5. Assuntos Gerais. **ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS**  
• Voto e Inadimplência: Apenas condôminos quites poderão votar (Art. 1.335, III, CC). • Representação: Procurações devem ter firma reconhecida ou assinatura digital (e-CPF/Gov.br), conforme Art. 654 do Código Civil. • Decisões Coletivas: As deliberações tomadas em assembleia, respeitados os quóruns legais, obrigam a todos os condôminos, inclusive os ausentes. Mangaratiba, 06 de maio de 2026.  
João Cláudio Nogueira de Carvalho Júnior  
Síndico

## REINTEGRAÇÃO

## Prédio invadido na Oscar Freire: segue disputa na justiça

MALU MÔES/AE

A reintegração de posse nesta quarta-feira, do Edifício Peixoto Gomide, prédio com risco de desabamento no cruzamento das ruas Oscar Freire e Peixoto Gomide, no Jardim Paulistano, zona oeste de São Paulo, ainda pode estar longe da solução definitiva.

O local é alvo de disputa judicial há duas décadas entre uma construtora que comprou a maioria dos apartamentos e dois proprietários que resistiram à venda.

O imbróglio levou o edifício a ser invadido por pessoas em situação de vulnerabilidade em 2006. O espaço passou por desocupações. Mas foi novamente invadido em 2016. Desde aquele ano, esteve ocupado por cerca de 30 famílias, que deixaram o imóvel na terça-feira. Ontem, a propriedade foi devolvida a seus proprietários.

A empresa Santa Alice Hoteleria e Construções LTDA. é dona de sete dos nove apartamentos do empreendimento de quatro andares. O empresário Álvaro Moreira esteve à frente da construtora na compra do prédio. Hoje, aos 87 anos, diz que deixou o cargo de executivo para seus filhos e o apartamento para um neto

de 7 anos. Mas segue acompanhando o caso de perto. Ontem, foi o único da família presente na reintegração.

Segundo ele, o plano é fazer um retrofit no edifício art déco para o imóvel voltar a ser um condomínio. Mas descarta planos de comprar os outros dois apartamentos, que resistiram à venda no passado. Também refuta a venda para outra empreiteira, como defendem esses proprietários, ou a demolição do prédio, como deseja a associação de moradores AME Jardins.

"A empresa não tem ideia de comprar nada. Poderá até comprar, mas tem que ser no limite de valores atuais - não os supervalores. Eles podem ficar (com os apartamentos deles). Vamos reformar os nossos. Eles, se quiserem, reformam os deles. Mas não vamos nem demolir nem vender", afirmou. Apesar disso, ele afirma que a decisão caberá aos filhos.

O Estádio acompanhou a reintegração de posse ontem. Representantes de um dos apartamentos tentaram negociar a venda da unidade para a Santa Alice. Também avaliam como alternativa a venda de todos os nove apartamentos para uma outra construtora - segundo eles, já houve ofertas.

## VIOLÊNCIA AVANÇA

## Gestão Tarcísio tenta negar piora na segurança pública

GEOVANI BUCCI/AE

O governo de São Paulo rebateu ontem, o estudo Ranking de Competitividade dos Estados 2026 - Eleições, do Centro de Liderança Pública (CLP), que aponta piora do estado nos indicadores de segurança pública em 2025. Após permanecer na terceira posição nos dois primeiros anos da gestão Tarcísio de Freitas (Republicanos) (foto), em 2023 e 2024, São Paulo caiu para o nono lugar no levantamento no ano passado.

A plataforma lançada ontem, e enviada com exclusividade ao Grupo Estado, reúne indicadores de segurança pública nos estados. O levantamento compara o desempenho entre 2023 e 2025 e aponta Santa Catarina na liderança nacional, com destaque para o avanço do Rio Grande do Norte no Nordeste.

De acordo com a Secretaria da Segurança Pública (SSP), houve redução da criminalidade no mesmo período e "desconhece" a metodologia do instituto. O governo diz que sete dos 12 indicadores monitorados atingiram os menores níveis dos últimos 25 anos no ano passado.

"São Paulo é o estado mais populoso e economicamente dinâmico do país, com desafios proporcionais à sua dimensão. Ainda assim, apresenta reduções históricas nos principais



PAULO PINTO/ABRASIL

crimes e mantém investimentos contínuos em estrutura, equipamentos e pessoal. A análise isolada de rankings não pode se sobrepor aos dados concretos e auditáveis que demonstram a efetividade das políticas públicas implementadas", afirmou por meio de nota.

Segundo o governo paulista, houve queda de 3,1% nos casos de homicídio doloso, de 22,2%

nos latrocínios e de 16,7% nos roubos em geral, além de reduções expressivas nos roubos de veículos (-21%) e de carga (-26,2%), em comparação ao ano anterior. A gestão também ressaltou que o número de infratores presos e apreendidos cresceu 8,7% no ano passado e a sua atuação contra o crime organizado.

Entre os critérios analisados pelo CLP, estão atuação do sis-

tema de Justiça Criminal, déficit de vagas no sistema prisional, proporção de presos sem condenação, mortes a esclarecer, qualidade das informações sobre criminalidade, segurança patrimonial, segurança pessoal e violência sexual. O estudo também considera dados sobre morbidade hospitalar por acidentes de trânsito e mortalidade no trânsito.

## ELEIÇÕES 2026

## Escolha de Eduardo para Senado gera críticas de bolsonaristas

BIANCA GOMES/AE

A decisão do ex-deputado federal Eduardo Bolsonaro de lançar o presidente da Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), André do Prado (PL), como pré-candidato ao Senado por São Paulo abriu um racha no bolsonarismo e parte da militância crítica o apoiou em um nome não ideológico e ligado umbilicalmente a Valdemar Costa Neto.

A indicação de André do Prado para a segunda vaga ao Senado na chapa de Tarcísio de Freitas (Republicanos) foi anunciada primeiro pelo próprio governador, em entrevista coletiva na terça-feira, passada, e depois confirmada por Eduardo. Em publicação nas redes sociais, o ex-deputado listou os motivos que o levaram à escolha e revelou que disputará como primeiro suplente de André, mesmo morando atualmente nos Estados Unidos.

A indicação recebeu o apoio de parlamentares, como o deputado estadual Gil Diniz (PL) e o deputado federal Mário Frias (PL), ambos até então cotados para a vaga, mas foi criticada por parte da militância, que falou em "decepção" com a escolha. A repercussão negativa foi captada por análises qualitativas da AP Exata Inteligência em Dados.

"O apoio de Eduardo Bolsonaro à candidatura de André do Prado foi mal recebido pela militância bolsonarista mais ideológica. Esses perfis interpretaram o movimento como sinal de alinhamento e concessão à velha política, já que André é visto por esse grupo como um nome ligado ao Centrão. A indicação de Eduardo como primeiro suplente reforçou o desconforto, por sugerir adesão direta à chapa e subordinação a Valdemar Costa Neto", afirma Sérgio Denicoli, CEO da AP Exata e cientista de dados.

O influenciador Rodrigo Constantino tem sido um dos mais críticos da estratégia. "Que vergonha", escreveu no X,

ao compartilhar a notícia que anunciava Eduardo como suplente de André do Prado. Em outra publicação, afirmou: "Vamos virar centrão para combater o sistema, e quem criticar é traidor e faz parte do sistema. Sabor direita..."

Fabio Wajngarten, ex-chefe da Secretaria de Comunicação Social (Secom) no governo Jair Bolsonaro, compartilhou uma publicação com críticas à decisão de Eduardo. O texto dizia que Eduardo deveria ser candidato ou suplente de outro nome, como o vice-prefeito Ricardo Mello Araújo (PL), Gil Diniz ou Mário Frias. "Ser suplente de homem do Valdemar não dá", diz a postagem que Wajngarten endossou.

O deputado federal Ricardo Salles (Novo), que tem sido pressionado a desistir da pré-candidatura ao Senado, também não poupou críticas e chamou de "vergonhoso" o apoio de Eduardo ao presidente da Alesp, a quem apelidou de "filhote do Valdemar".

"O próprio Eduardo sempre verbalizou sua ojeriza ao centrão", escreveu Salles no X. "Não importa que tipo de negociação houve, o que importa é que o pupilo do Valdemar é parceiro do PT. Assim como Alcolcumbre e Motta, se elegeu na Alesp junto com o PT. É centrão na veia. Nunca foi e jamais será direita."

Em meio à repercussão negativa, Eduardo concedeu uma entrevista ao canal bolsonarista AuriVerde Brasil para explicar sua decisão ao eleitor que "ainda não (a) entendeu". O argumento central do ex-deputado é que André tem boa relação com prefeitos do Estado e, por isso, poderia somar à campanha presidencial de Flávio Bolsonaro (PL-RJ). Eduardo disse que o ex-ministro do Meio Ambiente não será candidato para não prejudicar o colega e também pré-candidato ao Senado, Guilherme Derrite (PP). Salles nega: "Eles, se quiserem, que retirem a candidatura".

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535  
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 151ª (CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.134, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora" ou "Securitizadora"), **CONVOCA** os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 151ª (centésima quinquagésima primeira) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em Série Única da 151ª (Centésima Quinquagésima Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela SPE Green USFV Barbacena VII S.A., pela SPE Green USFV Barroso S.A., pela SPE Green USFV Barroso II S.A., pela SPE Green USFV Carandá I S.A., pela SPE Green USFV Carandá II S.A. e pela SPE Green USFV Matipó I S.A.", celebrado em 23 de maio de 2025 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e do § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem em 1ª (primeira) convocação, para a Assembleia Especial de Investidores, que será realizada no dia 27 de maio de 2026, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AET"): (i) em razão da não captação de recursos suficientes, no âmbito da Oferta (conforme definido no Termo de Securitização), para integralização da Nota Comercial SPE Green Barbacena VII (conforme definido no Termo de Securitização) e da Nota Comercial SPE Barroso II (conforme definido no Termo de Securitização), aprovar ou não a formalização do distrato e, consequentemente torna-los sem efeitos em relação à Oferta, dos seguintes documentos: (a) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE USFV Green Barbacena VII S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Barbacena VII (conforme definido no Termo de Securitização), com a consequente exclusão do empreendimento das Notas Comerciais, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE USFV Green Barbacena VII S.A., celebrado em 23 de maio de 2025, conforme aditado ("Termo de Emissão Barbacena VII"); (ii) caso aprovado o item (i), (b) (a) acima, aprovar ou não a liberação das seguintes garantias: (a) a Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície (conforme definido no Termo de Securitização) sobre o Imóvel Barbacena VII (conforme definido no Termo de Securitização); (b) a Cessão Fiduciária de Recebíveis (conforme definido no Termo de Securitização) da Usina Green Barbacena VII; e (c) a Alienação Fiduciária de Ações (conforme definido no Termo de Securitização) da SPE Barbacena VII (conforme definido no Termo de Securitização), com garantias do "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Barroso I S.A.", celebrado em 23 de maio de 2025, conforme aditado ("Termo de Emissão Barroso I"); (iv) aprovar ou não a possibilidade de formalização da garantia de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície (conforme definido no Termo de Securitização) das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização) relativas aos seguintes Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização): (a) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Barroso S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Barroso (conforme definido no Termo de Securitização); (b) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE USFV Green Carandá I S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Carandá I (conforme definido no Termo de Securitização); (c) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE USFV Green Carandá II S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Carandá II (conforme definido no Termo de Securitização); e (d) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE USFV Green Matipó I S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Matipó I (conforme definido no Termo de Securitização), por meio de instrumentos particulares de alienação fiduciária de direito real de superfície ou de escrituras públicas de alienação fiduciária de direito real de superfície; (v) caso aprovado o item (iv) acima, aprovar ou não a alteração do item (ii) das Condições Precedentes das Disponibilizações (conforme definido no Termo de Securitização), como condição para disponibilização do Valor do Fundo de Obras (conforme definido no Termo de Securitização) às Devedoras (conforme definido no Termo de Securitização) para que conste a seguinte redação: "apresentação dos documentos que evidenciem o registro da Escritura Pública de Direito Real de Superfície ou do Instrumento Particular ou Escritura Pública de Alienação de Direito Real de Superfície, conforme o caso, perante o cartório de registro de imóveis competente"; (vi) aprovar ou não a alteração da realização do georrelacionamento dos imóveis (conforme definido no Termo de Securitização); (vii) aprovar ou não a alteração das seguintes matrículas: (a) matrícula nº 11.025, registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Carandá/MG para a matrícula nº 14.523, registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Carandá/MG ("Imóvel Green Carandá I"); (b) matrícula nº 24.650, registrada perante o 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca Barbacena/MG para a matrícula nº 8.452, registrada perante o Cartório de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas de Barroso/MG ("Imóvel Green Barroso"); e (c) matrículas nºs 8.592 e 6.374, registradas perante o Registro de Imóveis da Comarca de Matipó/MG para as matrículas nºs 19.441 e 19.339, registradas perante o Registro de Imóveis da Comarca de Matipó/MG ("Imóvel Green Matipó"); (viii) aprovar ou não, a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização), conforme previsto na Cláusula 8.1.2 subitem "iv)", das Notas Comerciais, em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as demonstrações financeiras auditadas referentes ao encerramento do exercício social de 2025, de acordo com a Cláusula 9.1, item "iii)", alíneas (a) e (b) das Notas Comerciais. Fica consignado que a verificação do Índice ICSD, prevista na Cláusula 9.1, subitem "iii)" das Notas Comerciais, somente será realizada após o envio das demonstrações financeiras acima referidas; (viii) caso aprovado o item (vii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de realização da Assembleia, para as Devedoras realizarem a entrega das demonstrações financeiras auditadas acima referidas; e (ix) caso aprovado os itens acima, aprovar ou não a contratação, pela Securitizadora, do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, às expensas das Devedoras, com recursos do Patrimônio Separado, para celebração dos instrumentos particulares de alienação fiduciária de direito real de superfície ou escrituras públicas de alienação fiduciária de direito real de superfície, conforme o caso, relacionados ao Imóvel Green Barroso (conforme definido no Termo de Securitização) e ao Imóvel Green Carandá (conforme definido no Termo de Securitização); (b) celebração dos distratos da Nota Comercial SPE Green Barbacena VII e da Nota Comercial SPE Barroso II; (c) celebração dos termos de liberação das garantias listadas nos itens (ii) e (iii) acima; e (d) dos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a publicação do presente edital, bem como autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima. Instruções Gerais: A AET será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que os solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AET para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AET - 151ª Emissão Canal", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documento abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e. quando representado por procurador: (a) documento de identidade com foto dos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AET. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo - SP, 06 de maio de 2026.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Alejandro Pontes de Bessa Merinoreyna - Diretor de Securitização

## CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

CNPJ nº 41.811.375/0001-19 - NIRE 35.300.576.535  
EDITAL DE PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA ESPECIAL DE INVESTIDORES DOS CERTIFICADOS DE RECEBÍVEIS IMOBILIÁRIOS DA 145ª (CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA QUINTA) EMISSÃO, EM SÉRIE ÚNICA, DA CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO**, sociedade por ações com registro de securitizadora S1 perante a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), com sede na cidade e no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.134, conjuntos 41 a 44, bairro Jardim Paulistano, CEP 01.451-913, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica ("CNPJ") sob nº 41.811.375/0001-19, e com seus atos constitutivos arquivados perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.576.535 ("Emissora" ou "Securitizadora"), **CONVOCA** os investidores dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 145ª (centésima quadragésima quinta) emissão, em série única, da Emissora ("Titulares dos CRI" e "CRI", respectivamente), nos termos da Cláusula 13.3 do "Termo de Securitização de Créditos Imobiliários em Série Única da 145ª (Centésima Quadragésima Quinta) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Canal Companhia de Securitização, Lastreados em Créditos Imobiliários Devidos pela SPE Green USFV Caeté S.A., pela SPE Green USFV Caeté II S.A., pela SPE Green USFV Caeté III S.A., pela SPE Green USFV Campo Belo S.A., pela SPE Green USFV Campo Belo II S.A., pela SPE Green USFV Campo Belo III S.A. e pela SPE Green USFV Muriaé I S.A.", celebrado em 21 de maio de 2025 entre a Emissora e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., conforme aditado ("Termo de Securitização" e "Agente Fiduciário", respectivamente), da Resolução da CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021, conforme alterada ("Resolução CVM 60"), e do § 2º do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, a se reunirem em 1ª (primeira) convocação, para a Assembleia Especial de Investidores, que será realizada no dia 28 de maio de 2026, às 15h (quinze horas), de forma exclusivamente remota e eletrônica, inclusive para fins de voto, por meio da plataforma Microsoft Teams, coordenada pela Emissora, sendo o acesso disponibilizado individualmente para os Titulares dos CRI devidamente habilitados, nos termos deste edital, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia ("Assembleia" ou "AET"): (i) aprovar ou não a possibilidade de formalização da garantia de Alienação Fiduciária de Direitos de Superfície (conforme definido no Termo de Securitização) das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização) relativas aos seguintes Termos de Emissão (conforme definido no Termo de Securitização): (a) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Caeté S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Caeté (conforme definido no Termo de Securitização); (b) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Caeté II S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Caeté II (conforme definido no Termo de Securitização); (c) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Caeté III S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Caeté III (conforme definido no Termo de Securitização); (d) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Campo Belo S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Campo Belo I (conforme definido no Termo de Securitização); (e) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Campo Belo II S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Campo Belo II (conforme definido no Termo de Securitização); (f) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Campo Belo III S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Campo Belo III (conforme definido no Termo de Securitização); e (g) "Termo da Primeira Emissão de Notas Comerciais, em Série Única, com Garantia Real e Fidejussória, de Distribuição Privada, da SPE Green USFV Muriaé I S.A.", celebrado, dentre outros, pela Emissora e pela SPE Muriaé I (conforme definido no Termo de Securitização), por meio de instrumentos particulares de alienação fiduciária de direito real de superfície ou de escrituras públicas de alienação fiduciária de direito real de superfície; (ii) aprovar ou não, em razão da realização do georrelacionamento dos imóveis (conforme definido no Termo de Securitização), a alteração das seguintes matrículas: (a) matrícula nº 59.294, registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé/MG para a matrícula nº 64.791 registrada perante o Registro de Imóveis da Comarca de Muriaé/MG ("Imóvel Green Muriaé I"); e (b) matrícula nº 24.905, registrada perante o Registro de Imóveis Maia Rios - Campo Belo/MG para a matrícula nº 51.281, registrada perante o Registro de Imóveis Maia Rios - Campo Belo/MG ("Imóvel Green Campo Belo"); (iii) aprovar ou não, a concessão de waiver prévio, a fim de não configurar um Evento de Vencimento Antecipado Não Automático das Notas Comerciais (conforme definido no Termo de Securitização), conforme previsto na Cláusula 8.1.2 subitem "iii)", das Notas Comerciais, em decorrência do possível descumprimento da obrigação não pecuniária de enviar as demonstrações financeiras auditadas referentes ao encerramento do exercício social de 2025, de acordo com a Cláusula 9.1, item "iii)", alíneas (a) e (b) das Notas Comerciais. Fica consignado que a verificação do Índice ICSD, prevista na Cláusula 9.1, subitem "iii)" das Notas Comerciais, somente será realizada após o envio das demonstrações financeiras acima referidas; (iv) caso aprovado o item (iii) acima, aprovar a concessão de prazo adicional de 45 (quarenta e cinco) dias, contados da data de realização da Assembleia, para as Devedoras realizarem a entrega das demonstrações financeiras auditadas acima referidas; e (v) caso aprovado os itens acima, aprovar ou não a contratação, pela Securitizadora, do escritório PAPI, MAXIMIANO, KAWASAKI E ADVOGADOS ASSOCIADOS, inscrito no CNPJ sob o nº 03.834.440/0001-32 ("PMK Advogados"), como assessor legal, às expensas das Devedoras, com recursos do Patrimônio Separado, para celebração dos instrumentos particulares de alienação fiduciária de direito real de superfície ou escrituras públicas de alienação fiduciária de direito real de superfície, conforme o caso, relacionados ao Imóvel Green Caeté (conforme definido no Termo de Securitização), ao Imóvel Green Campo Belo (conforme definido no Termo de Securitização), ao Imóvel Green Muriaé I (conforme definido no Termo de Securitização), ao Imóvel Green Painéis I (conforme definido no Termo de Securitização), ao Imóvel Green Painéis II (conforme definido no Termo de Securitização) e aos aditamentos aos Documentos da Operação que se façam necessários, no prazo de 30 (trinta) dias a contar a publicação do presente edital, bem como autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário, em conjunto, a praticarem todos os atos necessários para a efetivação dos itens acima. Instruções Gerais: A AET será realizada de modo exclusivamente digital, de modo que os solicitamos que os documentos de representação sejam enviados preferencialmente em até 2 (dois) dias úteis antes da data de realização da AET para o e-mail af.assembleias@oliveiratrust.com.br com cópia para o e-mail juridico@canalsecuritizadora.com.br, indicando no assunto "Documentos para AET - 145ª Emissão Canal", observando o disposto na Resolução CVM 60, e conforme documento abaixo: a. quando pessoa física: cópia digitalizada de identidade com foto; b. quando pessoa jurídica: (a) último estatuto, regulamento ou contrato social consolidado, devidamente registrado na junta comercial competente; (b) documentos comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (c) documentos de identidade com foto dos representantes legais; c. quando Fundos de Investimentos: (a) último regulamento consolidado; (b) último estatuto ou contrato social consolidado devidamente registrado na junta comercial competente, do administrador ou gestor, observando a política de voto do fundo e os documentos comprobatórios de poderes em assembleia geral; (c) documentos societários comprobatórios dos poderes de representação, quando aplicável; e (d) documentos de identidade com foto dos representantes legais; e. quando representado por procurador: (a) documento de identidade com foto dos itens acima venha a ser representado por procurador, além dos documentos indicados anteriormente, deverá ser encaminhado a procuração com os poderes específicos de representação na AET. Os Titulares dos CRI poderão optar por exercer o seu direito de voto, sem necessidade de ingressar na videoconferência, enviando a correspondente Instrução de Voto à distância à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário. Encontram-se à disposição dos Srs. Titulares de CRI, nas páginas da Securitizadora (<https://www.canalsecuritizadora.com.br>) e da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)) - Sistema FUNDOS.NET), bem como na sede da Securitizadora, os documentos necessários para deliberação da ordem do dia, bem como as informações acerca do envio dos documentos comprobatórios de representação e demais instruções e formulários referentes ao sistema e formato da AET. Os termos ora utilizados em letras maiúsculas e aqui não definidos terão significados a eles atribuídos no Termo de Securitização e nos demais Documentos da Operação (conforme definido no Termo de Securitização). São Paulo - SP, 06 de maio de 2026.

**CANAL COMPANHIA DE SECURITIZAÇÃO** - Alejandro Pontes de Bessa Merinoreyna - Diretor de Securitização

THIAGO RANGEL

# Alerj não pode rever prisão de deputado, decide Moraes

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decidiu ontem que a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj) não poderá realizar uma sessão para rever a decisão que determinou a prisão do deputado estadual Thiago Rangel (Avante). Com o entendimento, o parlamentar continuará preso por tempo indeterminado.

Na terça-feira passada, Rangel foi alvo da quarta fase da Operação Unha e Carne, da Polícia Federal (PF), que apura supostas fraudes em contratos de

compras para a Secretaria de Educação do estado.

Na decisão, Moraes se antecipou a eventual votação que poderia ser realizada pela Alerj. De acordo com a Constituição do Estado do Rio de Janeiro, quando um deputado é preso, a Casa tem prazo de 24 horas para realizar uma votação para decidir se a prisão será mantida.

No entendimento do ministro, essa espécie de "imunidade" concedida aos parlamentares também está prevista na Constituição Federal, mas é usada por diversas assembleias para "garantir a impunidade" dos parlamentares.

"Efetiva e lamentavelmente,

as assembleias Legislativas de diversos estados têm utilizado o entendimento desse Supremo Tribunal Federal para garantir um sistema de total impunidade aos deputados estaduais", comentou.

De acordo com Moraes, a norma da Constituição fluminense não pode ser aplicada de forma automática ao caso de Thiago Rangel.

"Pois não é razoável, proporcional e adequada a aplicação automática de sua literalidade quando, ao invés de atender a ratio (razão) da previsão constitucional federal de simetria aos congressistas, tem sua natureza desvirtuada para a

perpetuação de impunidade de verdadeiras organizações criminosas infiltradas no seio do Poder Público", afirmou Moraes.

DEFESA

Em nota à imprensa divulgada após a prisão, a defesa do deputado estadual Thiago Rangel disse que o parlamentar nega a prática de atos ilícitos e prestará os esclarecimentos necessários durante a investigação. "A defesa ressalta que qualquer conclusão antecipada é indevida antes do conhecimento integral dos elementos que fundamentaram a medida", declararam os advogados.

ZONA OESTE

# PM apreende 16 fuzis e uma metralhadora em operação no Rio

DOUGLAS CORRÊA/ ABRASIL

A Polícia Militar apreendeu, ontem, 16 fuzis e uma metralhadora com capacidade para perfurar blindagens e atingir aeronaves.

A apreensão ocorreu durante uma ação contra a facção criminosa Terceiro Comando Pu-

ro (TCP), que atua nas comunidades da Coreia, Rebu, Cavalo de Aço e Vila Aliança, localizadas nas regiões de Bangu e Senador Camará, na zona oeste do Rio.

As armas foram encontradas em uma estrutura subterrânea pelos homens do Batalhão de Bangu. O local tinha um com-

partimento que funcionava como uma espécie de bunker. Dois suspeitos foram presos.

As equipes também apreenderam grande quantidade de drogas em tabletes. Na ação, cinco homens foram presos e outro acabou ferido em confronto com as tropas do Bope. Ele foi levado para o Hospital

Municipal Albert Schweitzer, em Realengo.

A PM informou que a ação foi planejada e coordenada durante dois meses pelo serviço de inteligência da corporação, com levantamento de informações, monitoramento e integração entre as forças de segurança do Estado.

CÂMARA MUNICIPAL

# Rio: projeto cria limite de 5% para cargos comissionados na Prefeitura

DOUGLAS CORRÊA/ABRASIL

A Câmara Municipal do Rio aprovou projeto de lei que estabelece limite de 5% para a ocupação de cargos comissionados por pessoas que não pertencem aos quadros efetivos do município. A proposta foi aprovada em sessão extraordinária na terça-feira passada e será encaminhada para sanção do prefeito.

"Essa medida legal reforça o compromisso com a responsabilidade fiscal, boa gestão e valorização dos servidores efetivos, que são a ampla maioria do serviço público municipal, inclusive nas funções de chefia e

de confiança. Nunca é demais reforçar que a responsabilidade com as contas públicas e boa gestão fazem a diferença na vida das pessoas", afirmou o prefeito Eduardo Cavaliere.

A iniciativa é baseada em medidas adotadas pelo governo estadual, que vem priorizando a reorganização e a racionalização da máquina pública diante de desafios fiscais significativos. A medida busca reforçar princípios de responsabilidade fiscal, eficiência administrativa e valorização dos servidores concursados e consolida, em lei, uma prática de gestão que prioriza o fortalecimento do

quadro efetivo.

Desde 2021, o percentual de cargos comissionados ocupados por não concursados foi reduzido para 3,6% do total de servidores ativos.

De acordo com o presidente da Câmara, Carlo Caiado, autor da medida, a proposta reforça o compromisso com uma gestão mais equilibrada e responsável.

"A Câmara está fazendo a sua parte ao avançar com um projeto que organiza a máquina pública, valoriza o servidor de carreira e estabelece limites claros. É uma medida de respeito ao contribuinte e de cuidado com o

futuro da cidade", afirmou.

A iniciativa acompanha a evolução positiva das contas públicas municipais nos últimos anos. O orçamento da cidade cresceu de R\$ 32 bilhões, em 2021, para R\$ 52 bilhões previstos para 2026, com destaque para o recorde de execução orçamentária e investimentos de R\$ 5,5 bilhões, o equivalente a 10,6% da despesa total. O município mantém indicadores fiscais com nível de endividamento controlado e margem para novos investimentos, além de registrar suficiência de caixa próxima a R\$ 1 bilhão no último ano.

MEDICAMENTO

# Anvisa vai monitorar efeitos colaterais de canetas emagrecedoras

ALEX RODRIGUES/ABRASIL

Preocupada com o crescente uso das chamadas canetas emagrecedoras - muitas vezes para fins ou formas não previstos na bula - a diretoria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) anunciou, ontem, um Plano de Farmacovigilância Ativa.

A iniciativa marca mudança na estratégia do órgão: em vez de apenas aguardar relatos voluntários de pacientes e médicos, a agência passará a realizar, em parceria com estabelecimentos de saúde, um monitoramento proativo.

O foco é identificar, de forma sistemática, eventuais efeitos colaterais do uso de medicamentos agonistas do receptor do GLP1 (sigla do inglês glucagon-like peptide-1, ou peptídeo semelhante ao glucagon 1), popularmente conhecidos como canetas emagrecedoras.

Segundo o diretor Thiago Lopes Cardoso Campos, a medida é uma resposta direta ao "crescimento expressivo do consumo" e ao aumento de complicações no Brasil. Entre 2018 e março de 2026, foram registradas 2.965 notificações de eventos adversos relacionados aos medicamentos, especialmente em 2025, e com predominância de casos associados ao uso da semaglutida.

"Estamos diante de medicamentos com benefícios comprovados para o tratamento do diabetes e da obesidade, mas cujo uso tem se expandido para situações fora das indicações aprovadas, frequentemente sem acompanhamento clínico adequado", afirmou o diretor, durante a 7ª reunião pública da diretoria da agência.

Campos destacou que a demanda pelas canetas emagrecedoras tem alimentado a circula-

ção de produtos falsificados, manipulados em condições inadequadas ou de procedência desconhecida. A venda de medicamentos irregulares é crime previsto no artigo nº 273 do Código Penal.

"Medicamentos falsificados ou sem garantia de origem representam um risco sanitário gravíssimo. Não há como assegurar esterilidade, qualidade, dosagem ou eficácia, o que pode expor pacientes a eventos adversos sérios e a danos irreversíveis."

Segundo o diretor, a iniciativa é desdobramento do plano de ação anunciado no início do mês passado, com foco no monitoramento pós-venda e no fortalecimento das ações de farmacovigilância dos medicamentos agonistas do receptor do GLP-1.

O monitoramento conta ainda com a participação voluntária da Rede Sentinela, composta

por serviços de saúde, estabelecimentos de ensino e pesquisa, serviços de assistência farmacêutica, laboratórios clínicos e de anatomia patológica. A ação agrega a HU Brasil (antiga Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, Ebserh), que reúne hospitais universitários em todo o país.

O diretor defendeu a importância da ação, complementada com acordo de cooperação da Polícia Federal (PF) para ações conjuntas. "A iniciativa está aberta à adesão de outros hospitais com capacidade técnica e compromisso com a qualificação das notificações à vigilância sanitária e com a segurança do uso de medicamentos", explicou Campos.

É na fase pós-comercialização que riscos raros, tardios ou associados a situações específicas de uso passam efetivamente a se manifestar.

DESDE 2018

# Quase mil médicos sofreram agressão no trabalho no RJ

Entre 2018 e 2025, foram registrados 987 casos de agressão contra médicos no exercício profissional no estado Rio de Janeiro. Desse total, 717 casos ocorreram em unidades públicas e 270 em unidades privadas.

As agressões verbais lideram as estatísticas, com 459 registros, seguidas por 89 casos de agressão física e 208 de assédio moral. O levantamento também revela que a maioria das vítimas é composta por mulheres médicas.

A segurança para os médicos nas unidades de saúde foi o assunto central do encontro promovido nesta terça-feira (5) pelo Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (Cremerj), em conjunto com o Conselho Federal de Medicina (CFM).

Para o presidente do Cremerj, Antônio Braga Neto, os

números são um alerta claro de que é preciso agir com urgência.

"Esses dados mostram uma realidade grave, que não pode mais ser tolerada. Estamos falando de profissionais que estão na linha de frente, cuidando da população, e que precisam ter garantidas condições mínimas de segurança para exercer sua função", destacou.

Braga Neto também chamou atenção para a gravidade de casos de agressão contra médicas no ambiente de trabalho.

"É absolutamente inaceitável que médicas sejam vítimas de violência física dentro de unidades de saúde. Trata-se de uma situação extrema, que evidencia o nível de vulnerabilidade a que esses profissionais estão expostos e reforça a urgência de medidas efetivas de proteção", afirmou.

DOENÇA

# Estudo: tratamentos inadequados podem agravar asma em adultos

MATHEUS CROBELATTI/ABRASIL

Um levantamento realizado com cerca de 400 pacientes atendidos em Unidades Básicas de Saúde (UBS) mostrou que 60% dos adultos com asma apresentaram função pulmonar reduzida devido ao uso de tratamentos defasados, como o uso de bombinhas de resgate. No caso das crianças, o índice chegou a 33%.

Os dados foram revelados por uma pesquisa do Projeto CuidAR, conduzida pelo Hospital Moinhos de Vento, de Porto Alegre (RS), em parceria com o Ministério da Saúde.

A pesquisa demonstra que a maior parte das pessoas atendidas na Atenção Primária à Saúde (APS) é medicada com tratamentos não recomendados e, portanto, está sujeita a danos pulmonares significativos.

Os broncodilatadores de curta ação (SABA), conhecidos como "bombinhas de resgate", são usados como único medicamento para tratar pessoas com asma por mais da metade dos pacientes consultados.

O principal problema das bombinhas, de acordo com as diretrizes mundiais da Iniciativa Global para Asma (GINA, em inglês), é sua ineficiência a longo prazo. Segundo a entidade, os SABA apenas mascaram a inflamação, o que aumenta o risco de exacerbações graves e de mortalidade.

ESTUDO

De acordo com o estudo do Projeto CuidAR, os adultos que apresentam função pulmonar reduzida não tiveram o dano revertido com a aplicação de broncodilatadores durante a espirometria, teste que avalia a capacidade pulmonar. O responsável técnico do estudo, pneumologista pediátrico Paulo Pitrez, confirma esse cenário. "Nosso estudo mostra que tanto crianças quanto adultos começaram o teste de função pulmonar com o pulmão funcionando abaixo do esperado antes de usar a bombinha. Após o remédio, um terço das crianças e a maioria dos adultos não conseguiram normalizar a função pulmonar, o que sugere que, em muitos casos, o dano ao pulmão já pode ser irreversível devido à falta de tratamento adequado ao longo dos anos," aponta Pitrez.

Atualmente, o tratamento recomendado para pessoas que têm asma exige o uso de um broncodilatador de longa ação (LABA), combinado com anti-

inflamatórios de inalação. Contudo, Pitrez diz que grande parte das UBSs segue utilizando métodos defasados que focam no alívio momentâneo da doença.

"É imperativo mudarmos esse paradigma, não só por meio da implementação de estratégias preventivas e farmacológicas atualizadas no SUS, mas também através da conscientização da população, que não deve ignorar a gravidade da doença, principalmente em um cenário de longo prazo," afirma o médico.

O estudo também quantifica que a falta de tratamento adequado afeta de forma negativa a vida da população com asma, que, no Brasil, concentra aproximadamente 20 milhões de pessoas, segundo a Sociedade Brasileira de Pneumologia e Tisiologia.

Ao longo dos últimos 12 meses, em média, 60% dos pacientes analisados perderam dias de estudo ou trabalho devido à asma. O absentismo atinge mais de 80% das crianças e adolescentes, e 50% dos adultos, afetando o aprendizado e a produtividade.

Outro dado da pesquisa diz respeito à condição de saúde da população com asma. Quase 70% dos participantes relataram três ou mais crises recentes, quase metade precisou ir ao pronto-socorro e, entre esses, 10% foram hospitalizados.

Segundo um estudo publicado no Jornal Brasileiro de Pneumologia, a mortalidade pela doença também tem crescido, resultando em uma média de seis mortes diárias no país.

EXPANSÃO

A pesquisa também propõe formas de reduzir as taxas de hospitalização e a implementação de um novo tipo de exame nos hospitais do Sistema Único de Saúde (SUS).

O estudo avalia a implementação de um dispositivo que mede o pico de fluxo expiratório dos pacientes no serviço público de saúde. O aparelho é chamado de Peak Flow e surge como uma alternativa viável à espirometria tradicional.

Segundo os pesquisadores, o dispositivo é de fácil manuseio e custa cerca de R\$ 200, valor mais baixo que o do exame tradicional completo, que chega a custar R\$ 15 mil.

O Projeto CuidAR também procura reverter o quadro de atendimento inadequado nas UBSs por meio da educação continuada de profissionais da saúde.

**NOVA CNH**

# Governo lança sistema para aluno buscar instrutor e autoescola

DANIELLA ALMEIDA/ABRASIL

O ministro dos Transportes, George Santoro, lançou, ontem, a Nova Jornada do Instrutor, parte do programa CNH do Brasil, que entrou em vigor em dezembro do ano passado.

Por meio do aplicativo CNH do Brasil, o candidato à habilitação é conectado aos instrutores de trânsito autônomos e aos centros de Formação de Condutores (CFC), as autoescolas, em todo o território nacional, para a contratação direta de aulas práticas de direção.

Na prática, o candidato passa a ter liberdade na hora de decidir com quem quer aprender a dirigir.

O objetivo do novo modelo é reduzir burocracias e custos para ampliar o acesso à Carteira Nacional de Habilitação (CNH) e garantir mais transparência.

Para rebater críticas de que a ligação direta entre quem quer ensinar e quem quer aprender resultaria no fechamento de autoescolas e na perda de empregos, o ministro dos Transportes diz que a desburocratização gerou uma redução de custos de mais de 70% para as empresas do setor.

O ministro George Santoro garantiu que nenhuma autoescola encerrou suas atividades desde o início da implementação das novas regras da política CNH do Brasil.

"O Brasil é um país de empreendedores. Todo mundo tem o sonho de ter um negócio, ganhar o próprio dinheiro. Não podemos ser o único país do mundo que cria uma reserva de mercado unicamente para um modelo de solução", disse o ministro.

**INSTRUTOR**

O programa CNH do Brasil exige uma quantidade mínima de aulas práticas com instrutores.

"No Brasil, você não pode aprender a dirigir, por exemplo, com o seu pai ou com a sua mãe, porque tem que ter um instrutor autorizado pelo órgão executivo de trânsito", ressalta o ministro.

O instrutor autônomo é o profissional responsável por garantir que o aluno observe todas as normas de mobilidade urbana e as condições de segurança no trânsito. Ele deve reforçar os conceitos abordados nas aulas teóricas do condutor durante a prática e, ainda, oferecer feedback ao aluno sobre seu desempenho.

Em todo o país, para ser credenciado pelos departamentos estaduais de Trânsito (Detran), conforme a Lei nº 12.302/2010 como instrutor, o interessado deve cumprir os seguintes critérios:

- ter no mínimo 21 anos de idade;
- ter concluído o ensino médio;
- ter habilitação legal para a condução de veículo há dois anos, pelo menos;
- não ter cometido nenhuma infração de trânsito de natureza gravíssima nos últimos 60 dias;
- não ter sofrido penalidade de cassação da CNH;
- possuir certificado de curso específico realizado pelo órgão executivo de trânsito ou de curso teórico disponível na plataforma do programa CNH do Brasil; e
- ter participado de cursos de direção defensiva e primeiros socorros.

Quem já atua como instrutor, contratado por uma autoescola, poderá seguir normalmente com suas atividades e, paralelamente, se desejar trabalhar de forma independente, a partir da ferramenta.

**CADASTRO**

Os Detrans são os responsáveis por cadastrar os instrutores de trânsito no Registro Nacional de Condutores Habilitados (Re-nach), coordenado pelo Minis-

tério dos Transportes.

A consulta aos nomes dos instrutores de trânsito credenciados por município e estado também pode ser feita na página eletrônica criada pelo Ministério dos Transportes.

Aproximadamente 172,2 mil instrutores já estão cadastrados no site. Após o cadastramento, a informação de Instrutor de Trânsito passa a constar na CNH Digital do profissional.

As autoescolas e os instrutores autônomos podem fazer seu cadastro pelo próprio aplicativo CNH do Brasil, com acesso via senha cadastrada na plataforma Gov.br.

Ao iniciar a Nova Jornada do Instrutor, os autônomos passam a ter um perfil digital com foto e currículo. Na área exclusiva para instrutores, cada um pode organizar e gerenciar seu próprio negócio.

**COMO FUNCIONA**

Pela funcionalidade da Nova Jornada do Instrutor, disponível no aplicativo CNH do Brasil, o cidadão pode buscar um Centro de Formação de Condutores (CFC) ou instrutores autônomos sem vínculo obrigatório com uma autoescola se baseando em localização, preços, além de notas e avaliações de alunos anteriores.

O secretário Nacional de Trânsito, Adrualdo Catão, destaca a ampliação da autonomia do candidato para contratar aulas práticas de direção.

"Isso é muito relevante porque dá um histórico de aprovação ou desaprovção por parte do aluno. Hoje, não existe nenhum lugar para coletar esse tipo de dado", disse.

O aluno também pode consultar a disponibilidade de horários e locais para as aulas, conforme os termos estabelecidos pelo Detran de cada estado.

O próprio aplicativo permite abrir uma conversa direta, inclusive via WhatsApp, para negociar valores e horários, sem intermediários. O agendamento da aula é feito no app.

"A negociação da aula, o preço e o horário são combinados diretamente entre as partes. O governo entra para validar quem está autorizado e garantir o registro da aula", explica o secretário.

O próprio instrutor será responsável por registrar e validar as atividades realizadas, confirmando oficialmente a participação de cada aluno. O registro da aula ocorre via biometria e GPS, enviando os dados em tempo real para o Renach.

As empresas terão acesso a um painel para monitorar todas as aulas lançadas em seu nome, garantindo transparência.

Ao finalizar a atividade, o aluno receberá um comprovante digital do curso prático, com a carga horária detalhada e terá a possibilidade de exportar o documento para seu controle pessoal.

**CARTEIRINHA DIGITAL**

O ministro dos Transportes ainda anunciou nesta terça-feira que os instrutores de trânsito terão também a Credencial Nacional do Instrutor.

O documento digital será disponibilizado gratuitamente, com validade em todo o território nacional e pode ser exportado em PDF.

Com a carteirinha, o profissional pode comprovar pelo celular que é um instrutor autorizado a trabalhar, independentemente de estar vinculado a uma empresa ou atuar de forma autônoma. A autenticidade do certificado é garantida por um QR Code, vinculado ao Serpro.

**FISCALIZAÇÃO**

Para garantir o cumprimento da lei, os órgãos de trânsito realizarão fiscalizações e validações instantâneas da regularidade do instrutor por meio de inspeções a qualquer momento.

**MOTIM NA CÂMARA**

# Conselho de Ética suspende três deputados por 60 dias

O Conselho de Ética da Câmara dos Deputados suspendeu por 60 dias os mandatos dos deputados Marcos Pollon (PL-MS), Marcel van Hattem (Novo-RS) e Zé Trovão (PL-SC), por quebra de decoro.

A suspensão foi motivada pelo motim realizado pelos parlamentares no plenário da Casa em favor da anistia aos golpistas condenados no contexto do 8 de janeiro de 2023.

O resultado da votação do Conselho de Ética ainda precisa ser confirmado, em plenário, por pelo menos 257 votos. Os deputados alvos das representações ainda podem recorrer da decisão à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

**RELEMBRO O CASO**

Em agosto de 2025, deputados e senadores da oposição pernoitaram nos plenários do Congresso Nacional, impedindo a realização das sessões, em protesto contra a prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, e exigindo a votação do projeto de lei da anistia aos golpistas.

Em resposta, o presidente da Câmara, deputado Hugo Motta (Republicanos-PB), pediu o afastamento de 14 deputados envolvidos no motim.

Já o corregedor da Câmara, deputado Diego Coronel (PSDBA), sugeriu ao Conselho de Ética a suspensão dos mandatos dos três parlamentares que tiveram os processos analisados.

**VOTAÇÃO**

Após nove horas de debates, o Conselho de Ética aprovou, na terça-feira, os pareceres apre- sentados contra os deputados alvos das representações.

No caso do deputado Pollon, foram 13 votos contra quatro. Já Van Hattem e Zé Trovão tiveram a suspensão aprovada por 15 votos contra quatro.

O deputado Zé Trovão classificou a decisão como perseguição, dizendo que tomara novamente a Mesa:

"E digo mais, se for preciso tomar a Mesa novamente, em algum momento da história, para defender quem me elegeu, assim eu o farei."

Já o deputado Marcos Pollon destacou que nunca teria quebra-

do o decoro durante seu mandato.

"Sempre mantive um debate de alto nível. Só que a humanidade grita mais alto para quem tem sangue correndo nas veias. O grau de injustiça que nós estamos vendo no nosso país é absurdo", lamentou.

Por sua vez, o deputado Marcel van Hattem destacou que o motim no plenário da Câmara teria sido uma manifestação pacífica.

"Assim como foi feito no Senado - Senador Girão, Senador Sergio Moro esteve aqui conosco dando solidariedade também -, onde nada aconteceu. Nós vimos lá, sim, bom senso, respeito à democracia, respeito à oposição. Aqui nós estamos vendo a mais pura e simples perseguição", destacou em sua defesa.

**STF**

# Fachin: 'Parlamento e Judiciário não se enfrentam nem se substituem

MARIA MAGNABOSCO/AE

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Edson Fachin, afirmou ontem, que o "Parlamento e Judiciário não se enfrentam, não se substituem", mas "sustentam-se mutuamente como independentes para serem legítimos e como harmônicos para serem eficazes". O magistrado discursou durante a sessão solene de 200 anos da Câmara dos Deputados.

"O Supremo, portanto, vem aqui para associar-se a esta celebração com respeito institucional, reafirmando o seu dever de guardar a Constituição, de assegurar o espaço democrático em que o Parlamento exerce com liberdade a representação do povo", disse Fachin. "Quando a confiança vacila, a resposta deve ser maior que a dúvida. A resposta deve ser imponente, firme e republicana", completou.

Na ocasião, o ministro também reafirmou o respeito pelo Poder Legislativo ao afirmar que é na Câmara onde "pulsa a democracia, onde se expressa a vontade plural do povo brasileiro". Ele também defendeu que "o Estado existe para servir. Nunca para se servir. Que esta Casa continue sendo o lugar onde o Brasil se encontra", declarou.

A fala ocorre em meio ao des-



gaste entre o Judiciário e o Congresso. Senadores e deputados têm defendido o impeachment de ministros e feito críticas à atuação da Corte, alegando principalmente a interferência do STF nos trabalhos do Parlamento.

Essas críticas se intensificaram à medida que apareceram elos entre ministros do Supremo e o escândalo do Banco Master. Além disso, parlamentares acu-

saram os ministros de interferência nas CPIs do Crime Organizado e do INSS.

Como mostrou o Estadão, no STF, os ministros demonstram saber que políticos estão usando as críticas ao Judiciário como bandeira eleitoral. O movimento deve ajudar a eleger políticos de direita neste ano para o Congresso Nacional e, possivelmente, para o Planalto.

Para 2027, é esperado que os

parlamentares, fortalecidos ou não pelo Planalto, preparem o impeachment de ministros. Ou, no mínimo, adotem medidas com o objetivo de diminuir os poderes do tribunal.

A intenção dos integrantes do Supremo é tentar amenizar esse movimento um ano antes - seja por meio da sugestão de reforma do Judiciário, seja pelo plano de Fachin de aprovar um código de ética para a Corte.

**CASO MASTER**

# Investigadores vão cruzar proposta de delação de Vorcaro com provas

AGUIRRE TALENTO/AE

Os investigadores da Polícia Federal e da Procuradoria-Geral da República (PGR) vão cruzar as informações da proposta de delação premiada de Daniel Vorcaro com as provas já colhidas no celular do banqueiro e em outras frentes de apuração da Operação Compliance Zero, para verificar se ele apresentou fatos novos em seu relato.

Esse vai ser o primeiro passo a ser tomado após a entrega da proposta de delação. Ainda não foram colocados na mesa assuntos como tempo de pena ou valores de ressarcimento.

A defesa do banqueiro entregou aos investigadores um documento contendo um conjunto de temas a serem abordados na delação premiada, os chama-

dos "anexos".

Cada um dos anexos trata de um fato diferente e apresenta um relato resumido do que Daniel Vorcaro tem a dizer sobre o assunto, acompanhado da descrição de possíveis meios de prova. O conteúdo do material está sob sigilo.

Esses fatos serão cruzados com todo o conjunto de provas já obtido na Operação Compliance Zero, para verificar se as informações são inéditas e justificam uma colaboração premiada. Não há um prazo para que esse trabalho termine, mas os investigadores vão dar prioridade a essa análise e não querem que o processo demore excessivamente.

Foi com base no celular de Vorcaro que a PF deflagrou as duas últimas fases da Operação Compliance Zero, resultando na

segunda prisão do banqueiro e na prisão do ex-presidente do Banco Regional de Brasília (BRB), Paulo Henrique Costa.

Os diálogos mostraram, por exemplo, que Vorcaro usava uma espécie de milícia armada para ameaçar adversários, tinha meios de invadir sistemas de órgãos de investigação e acertou o pagamento de R\$ 146 milhões em imóveis para Paulo Henrique Costa.

Nesse estágio, a proposta de delação ainda não é acompanhada de documentos de corroboração nem envolve discussão sobre tempo de pena ou valores de ressarcimento.

Ao final dessa primeira análise, a PF e a PGR irão responder se têm interesse em um acordo de colaboração premiada do dono do Banco Master ou se rejeitam o acordo.

Caso os investigadores considerem que os fatos são realmente inéditos e decidam dar prosseguimento à delação, a mesa de negociação será aberta para tratar dessas cláusulas do acordo.

Depois que os dois lados chegarem a um consenso, os investigadores irão tomar os depoimentos de Vorcaro sobre cada um dos anexos. Além disso, sua defesa deve entregar documentos e provas de corroboração.

Com tudo isso alinhado, o acordo de colaboração premiada pode ser assinado e enviado ao ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça, a quem cabe dar a chancela jurídica ao documento. O acordo só surte efeitos e tem validade após a homologação do ministro.

## JUÍZES

# Dino: pagamento de novos penduricalhos está proibido

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O ministro Flávio Dino (foto), do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou ontem que está proibida a criação de novos benefícios a juízes e membros do Ministério Público após a decisão da Corte que limitou o pagamento dos penduricalhos.

No dia 25 de março, por unanimidade, os ministros do Supremo decidiram que as indenizações adicionais, gratificações e auxílios deverão ser limitados a 35% do valor do salário dos integrantes da Corte, que tem o teto como referência e é equivalente a R\$ 46,3 mil.

Contudo, após a decisão, diversos tribunais passaram a criar novos benefícios que não foram autorizados pela Corte na decisão que limitou os penduricalhos.

No despacho proferido ontem, Dino disse que diversas reportagens jornalísticas revelaram a criação de novos benefícios e que o pagamento ilegal pode gerar a responsabilização de quem liberar os recursos.

"Em virtude de inúmeras notícias veiculadas pela mídia, estão absolutamente vedados a criação, a implantação ou o pagamento de quaisquer parcelas



VALTER CAMPANATO/ABRASIL

de caráter remuneratório ou indenizatório, sob qualquer rubrica, inclusive que tenham sido implantadas após o julgamento, sob pena de responsabilidade penal, civil e administrativa", afirmou o ministro.

Os ministros Gilmar Mendes, Cristiano Zanin e Alexandre de Moraes também assinaram a decisão de Dino sobre os pen-

duricalhos. Eles também foram relatores de ações no STF para derrubar os penduricalhos.

Dino também determinou que os presidentes de tribunais, o procurador-geral da República, o advogado-geral da União, além de procuradores estaduais e defensores públicos, sejam notificados sobre a proibição de criação de novos benefícios.

Após a decisão do Supremo, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), principais órgãos administrativos do Judiciário e do MP, aprovaram uma resolução na qual também autorizaram o pagamento de penduricalhos que haviam sido proibidos pelo Supremo.

## BARRAGEM

# Justiça inglesa nega novo recurso de mineradora sobre caso Mariana

RAFAEL CARDOSO/ABRASIL

O Tribunal de Apelação da Inglaterra rejeitou ontem uma nova tentativa de recurso da mineradora BHP sobre o rompimento da barragem de Fundão, em Mariana (MG), em 2015.

Com isso, está mantida a decisão de novembro de 2025, quando o Tribunal Superior inglês responsabilizou a empresa anglo-australiana pelo desastre. Os juízes consideraram que a BHP, sócia da Vale na gestão da mineradora Samarco, operava a barragem e tinha conhecimento dos riscos antes do rompimento, o que mostrava negligência, imprudência e/ou imperícia.

No dia 5 de outubro de 2025, a tragédia em Mariana completou dez anos. O rompimento da barragem de Fundão despejou cerca de 40 milhões de metros cúbicos de resíduos tóxicos e lama no rio Doce. Também atin-

giu municípios próximos e matou 19 pessoas.

A BHP já havia tentado um primeiro pedido de recurso para reverter a condenação e esgotou a última via ordinária disponível no sistema inglês para contestar a sentença. Na decisão de hoje, o tribunal concluiu que não há razão convincente para que o recurso seja julgado.

No sistema jurídico inglês, o direito de recorrer não é automático. A parte interessada primeiro precisa obter uma permissão para entrar com o recurso (permission to appeal).

Com isso, está mantida a Fase 2 do processo, que examina as categorias de perdas e as provas para quantificar os danos sofridos pelas vítimas e fixar os valores de indenização. A audiência de julgamento desta fase está prevista para abril de 2027.

O escritório de advocacia Pogust Goodhead, que representa

as vítimas do caso Mariana na Inglaterra, comemorou a decisão desta quarta-feira.

"O Tribunal de Apelação agora se uniu ao Tribunal Superior ao concluir que os fundamentos de apelação da BHP não têm perspectivas reais de sucesso. Um resultado enfático e inequívoco. A BHP é responsável pelo pior desastre ambiental da história do Brasil e não terá outra chance para reverter a decisão", disse Jonathan Wheeler, sócio do escritório.

"Nossos clientes esperaram mais de uma década por justiça, enquanto a BHP buscou todas as vias processuais para evitar a responsabilização. Essas vias agora estão fechadas. Estamos focados em garantir a indenização que centenas de milhares de brasileiros têm direito há muito tempo", completou.

Em nota, a BHP Brasil disse que "vem apoiando a Samarco para garantir uma reparação

justa e integral" e que continuará com o processo de defesa na Inglaterra "de forma robusta e pelo tempo que for necessário".

Disse ainda que "permanece confiante de que o trabalho realizado desde 2015 e o Novo Acordo do Rio Doce, assinado em outubro de 2024, e que assegurou R\$ 170 bilhões para a reparação, oferecem a solução mais rápida e eficiente para compensar os atingidos. Esse trabalho já garantiu pagamentos a mais de 625 mil pessoas".

Segundo a empresa, a Corte inglesa reconheceu em 2024 os programas de indenização e validou as quitações assinadas por aqueles que já receberam indenização integral: "cerca de 40% do total de reclamantes individuais na Ação no Reino Unido serão excluídos do processo, o que reduzirá de forma significativa o tamanho e o valor dos pedidos lá formulados".

## TRIBUNAIS

# Lei cria varas federais para interiorização da Justiça em AM e MS

Para expandir serviços no interior do país, a Justiça Federal criará duas varas no estado do Amazonas e seis varas em Mato Grosso do Sul. A medida foi publicada na edição de ontem do Diário Oficial da União.

A Lei nº 15.401 institui duas varas federais nos municípios de Tefé e Humaitá, no Amazonas, no âmbito da jurisdição do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Em Mato Grosso do Sul, receberão postos da Justiça Federal as cidades de Bonito, Corumbá, Ponta Porã, Naviraí, Três Lagoas e Dourados, sob responsabilidade do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

## CUSTOS

As atividades, juntamente com os respectivos cargos de juiz federal substituto, cargos efetivos, cargos em comissão e funções comissionadas, serão implantadas conforme as necessidades do serviço e a disponibilidade de recursos orçamentários.

As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão de acordo com as dotações orçamentárias destinadas à Justiça Federal de primeiro grau.

A implementação das medidas previstas ocorrerá a partir do exercício financeiro de 2026 e nos anos seguintes, e dependerá de autorização expressa nos termos da lei de diretrizes orçamentárias.

## MAIS PRISÕES

# Flávio Bolsonaro defende redução da maioria penal

NAOMI MATSUI/AE

O senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ), pré-candidato à Presidência, tem reforçado nos últimos dias a defesa da maioria penal no Brasil. As declarações endossam as propostas do parlamentar em prol de um endurecimento penal.

"No nosso governo a maioria penal será reduzida! Defendo que a maioria penal seja de 16 anos, como regra geral, mas de 14 anos para crimes mais graves (hediondos), como estupro ou roubo seguido de morte", escreveu em uma rede social na noite de terça-feira passada.

As postagens de Flávio sobre o tema aumentaram nos últimos dias, após a divulgação de um caso em que um adulto e quatro adolescentes praticaram um estupro coletivo contra duas crianças, em uma casa na comunidade de

União de Vila Nova, no Estado de São Paulo.

Alessandro Martins dos Santos, de 21 anos, único adulto envolvido no caso, foi indiciado pelos crimes de estupro de vulnerável, divulgação de vídeo de pedofilia e corrupção de menores. Os quatro adolescentes, entre 14 e 16 anos, também foram apreendidos e terão suas condutas avaliadas pelo Juizado Especial da Infância e Juventude. Conforme a polícia, todos confessaram participação no crime.

Flávio Bolsonaro tem dito em seus discursos que será "radical na segurança" e que, se eleito, aumentará a construção de presídios. Os acenos fazem parte de uma estratégia da campanha de Flávio, que aposta que a segurança pública será um dos temas definidores da eleição presidencial deste ano.

## HANTAVÍRUS

# OMS faz rastreamento de passageiros de voo após morte de mulher

ISABELLA PUGLIESE VELLANI/AE

A Organização Mundial da Saúde (OMS) informou que iniciou o rastreamento de contatos dos passageiros do voo 4Z132, de Santa Helena para Joanesburgo, após a morte de uma mulher holandesa - que estava no voo - por hantavírus.

"Uma mulher adulta, que teve contato próximo com o caso 1, desembarcou em Santa Helena em 24 de abril de 2026 com sintomas gastrointestinais. Seu quadro clínico piorou durante um voo para Joanesburgo, África do Sul, em 25 de abril.

Ela faleceu ao chegar ao pronto-socorro em 26 de abril. Em 4 de maio, o caso foi confirmado por PCR como infecção por hantavírus", detalha a OMS.

Paralelamente, três pacientes com suspeita de infecção por hantavírus foram retirados de um navio de cruzeiro para a Holanda nesta quarta-feira, informou a agência de saúde da Organização das Nações Unidas (ONU).

A embarcação, epicentro de um surto mortal, permaneceu ancorada perto de Cabo Verde com quase 150 pessoas

a bordo, aguardando para seguir rumo às Ilhas Canárias, na Espanha. Três pessoas morreram e um corpo permanece a bordo, disse a OMS.

Ao todo, oito casos foram registrados, sendo três deles confirmados por exames laboratoriais.

Imagens da Associated Press mostraram profissionais de saúde com equipamentos de proteção individual se dirigindo ao navio para a evacuação.

O hantavírus geralmente se espalha pela inalação de fezes de roedores contaminados e pode ser transmitido de pessoa para pessoa, embora a OMS classifique essa forma de transmissão como rara.

O rastreamento de contatos já havia começado em dois continentes, Europa e África, em busca de infecções entre as pessoas que deixaram o navio, que partiu da América do Sul há mais de um mês, com escalas na Antártica e em diversas ilhas remotas do Atlântico.

Dois funcionários argentinos que investigam a origem do surto disseram que a principal hipótese do governo é que um casal holandês contraiu o vírus na cidade de Usuaia.

## RECURSOS

# Supremo volta a julgar lei sobre distribuição de royalties do petróleo

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

O Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou ontem o julgamento definitivo da lei que definiu regras de distribuição dos royalties do petróleo entre estados e municípios.

Em março de 2013, a ministra Cármen Lúcia (foto), relatora do caso, suspendeu liminarmente parte da Lei 12.734/2012, conhecida como Lei dos Royalties.

Durante o julgamento, a Corte vai decidir se mantém a suspensão da norma ou válida a aplicação das regras de distribuição dos royalties.

Na sessão de ontem, os ministros ouviram as sustentações orais dos procuradores dos estados envolvidos na partilha dos recursos. Na sessão de hoje, o julgamento será retomado com o voto da relatora e dos demais ministros.



TÂNIA RÉGO/ABRASIL

Na abertura do julgamento, Cármen Lúcia justificou a demora para marcar o julgamento definitivo do caso.

"É um dos processos mais sensíveis do gabinete. Embora, eu tenha liberado, convertendo para julgamento de mérito, em 21 de maio de 2014, esses feitos entraram e saíram de pauta vá-

rias vezes, porque houve pedido de diversos governadores para tentarem acordos."

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo, defendeu a elaboração de uma decisão definitiva da Corte. Segundo o ministro, há distorções no atual modelo de distribuição de royalties, como municípios que estão

recendo menos recursos, mas deveriam receber mais.

"O desarranjo que esse modelo provocou, uma certa anomia e a intervenção caótica do Judiciário tem produzido filhos que não são bonitos. É importante que esse julgamento seja o início de um processo de revisão de todo esse quadro", completou.

Em 2013, Cármen Lúcia concedeu uma liminar em uma ação protocolada pelo estado do Rio de Janeiro.

Na época, o estado alegou que a Lei dos Royalties afrontava várias regras da Constituição, por interferir em receitas comprometidas, contratos assinados, além da responsabilidade fiscal.

O estado alegou perdas imediatas de mais de R\$ 1,6 bilhão imediatos e R\$ 27 bilhões até 2020.

**EUA**

# Agência processa The New York Times por suposta 'discriminação'

A Comissão de Oportunidades Iguais de Emprego dos Estados Unidos (EEOC, na sigla em inglês) entrou com uma ação por discriminação na terça-feira passada, contra o jornal The New York Times. A alegação é de que o veículo de imprensa preteriu um funcionário homem branco em uma promoção, favorecendo uma mulher menos qualificada para cumprir metas de diversidade.

O New York Times classificou o processo como politicamente motivado e afirmou que irá se defender "vigorosamente".

A EEOC - que é uma agência federal de direitos civis - protocolou a ação em nome de um editor do jornal que apresentou uma queixa após não obter o cargo de editor-adjunto de Imóveis em 2025. Ele alega discriminação de gênero e raça sob o Título VII da Lei de Direitos Civis de 1964, que proíbe a discriminação no emprego com base em sexo, raça, origem nacional ou religião.

Segundo a comissão, as metas públicas da organização para aumentar o número de mulheres e pessoas de cor em cargos de liderança influenciaram a decisão de excluir o candidato da rodada final de entrevistas, enquanto três mulheres e um homem negro avançaram.

A presidente da EEOC, Andrea Lucas - de orientação republicana -, tem sido uma firme defensora da campanha do governo Trump contra políticas corporativas de diversidade que, segundo ela, transformaram-se em "discriminação contra homens brancos e outros". Em dezembro, Andrea convocou publicamente, nas redes sociais, que homens brancos apresentassem queixas caso acreditassem ter sofrido discriminação devido às políticas de diversidade.

"Ninguém está acima da lei - incluindo instituições 'de elite'. Não existe 'discriminação reversa'; toda discriminação por raça ou sexo é igualmente ilegal, de acordo com princípios de direitos civis estabelecidos há muito tempo", disse Andrea em comunicado.

"Independentemente do tamanho ou poder do empregador, a EEOC, sob minha liderança, não poupará esforços para garantir a aplicação imparcial e daltônica do Título VII, protegendo os trabalhadores americanos, incluindo homens brancos", acrescentou.

A porta-voz do New York Times, Danielle Rhoades Ha, afirmou que a EEOC "se desviou das práticas padrão de maneiras altamente incômodas". Segundo ela, a alegação foca em uma única decisão de pessoal entre mais de 100 cargos de editor-adjunto, utilizando afirmações abrangentes para sustentar uma "narrativa predeterminada".

"Nem raça nem gênero tiveram papel nessa decisão - contratamos a candidata mais qualificada, e ela é uma excelente editora", acrescentou Danielle.

to Danielle.

**O QUE DIZ A AÇÃO**

Na ação apresentada ao Tribunal Distrital dos EUA para o Distrito Sul de Nova York, a EEOC afirma que o reclamante, que não foi identificado, trabalha como editor no New York Times desde 2014, principalmente como editor sênior na editoria Internacional, e tem experiência prévia em matérias sobre o mercado imobiliário.

A queixa alega que a profissional nomeada "não tinha experiência em jornalismo imobiliário", mas que, por ser uma "mulher multirracial, essa candidata correspondia às características de raça e/ou sexo que o NYT buscava aumentar em sua liderança". A EEOC citou que um dos entrevistadores a descreveu como "um pouco inexperiente no geral".

A ação da EEOC cita extensivamente as políticas de diversidade e inclusão do New York Times como evidência de suas supostas práticas discriminatórias.

Em particular, o processo menciona o plano "Call to Action", publicado em fevereiro de 2021, que visava aumentar em 50% o número de funcionários negros e latinos na liderança até 2025. A EEOC afirmou que o New York Times atingiu essa meta em 2022, mas manteve seu compromisso com políticas de diversidade. De acordo com relatórios citados na ação, funcionários brancos compunham 68% da liderança em 2024, em comparação com 29% de pessoas de cor.

Andrea tem sido especialmente crítica às metas de representação que muitas empresas anunciaram publicamente, sobretudo após os protestos raciais de 2020 desencadeados pela morte de George Floyd, um homem negro desarmado que foi estrangulado e morto pela polícia.

Em quase todos os casos, é ilegal, sob o Título VII, que empregadores levem em conta raça ou gênero ao tomar decisões de contratação, promoção e outras. Andrea tem criticado práticas que, segundo ela, pressionam gestores a fazer exatamente isso - desde certas formas de treinamento contra vieses até a exigência de listas diversas de candidatos para vagas. Críticos afirmam que a EEOC está atacando práticas consolidadas destinadas a nivelar as condições para trabalhadores que historicamente enfrentaram discriminação no mercado de trabalho dos EUA.

Em fevereiro, a EEOC revelou que estava investigando a gigante de artigos esportivos Nike por discriminação racial contra funcionários brancos. Diferentemente do processo contra o New York Times, a investigação sobre a Nike não surgiu de uma queixa de um trabalhador, mas da própria Andrea, que apresentou o que é conhecido como "acusação de comissário" para investigar uma série de políticas de diversidade da empresa.

**ARGENTINA**

# Corrupção, inflação e queda da economia desafiam Milei

LUCAS PORDEUS LEÓN/BRASIL

O governo do ultraliberal Javier Milei enfrenta o pior momento à frente da Argentina em meio a escândalos de corrupção, queda nos índices de popularidade e na atividade econômica e industrial. A inflação, até então principal vitrine política da Casa Rosada, voltou a acelerar. Após reduzir a inflação mensal de dois dígitos, no final de 2023, para cerca de 2% ao mês, ao longo de 2025, os índices de preços voltaram a subir entre o final do ano passado e o início de 2026, chegando a 3,4% em março deste ano.

A aceleração recente fez Milei reconhecer dificuldades econômicas publicamente. "O dado é ruim", disse em uma rede social. Ao mesmo tempo, a atividade econômica na Argentina apresentou uma retração de 2,6% em fevereiro, se comparado a janeiro, com uma queda acumulada de 2,1% nos últimos 12 meses.

Talvez a situação mais preocupante seja a queda na produção industrial, que registrou baixa de 4% em fevereiro, acumulando uma queda de 8,7% nos últimos 12 meses.

**PLANO ECONÔMICO**

O professor de economia da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo (FGV-SP) Paulo Gala comentou que o plano econômico de Milei é "simplista" e não tem dado conta de reverter completamente à situação econômica que herdou.

"As pessoas não confiam mais no peso (moeda argentina). Elas dolarizam (cotam em dólar) os contratos, um pouco parecido com o que aconteceu com o Brasil antes do Plano Real. Com isso, com qualquer coisa a inflação volta a acelerar. Reduzir o tamanho do Estado

não resolve nada", disse.

O governo de Milei prega a redução do tamanho do Estado, com corte de gastos e austeridade fiscal, como medidas para conter a inflação e recuperar a economia. O economista Gala avalia que o plano de Milei não deve ir muito longe, argumentando que seriam necessárias outras medidas, como instituir uma nova moeda.

Ele destacou ainda que o peso argentino está sobrevalorizado, o que tem, segundo ele, destruído a indústria do país. "Esse mergulho da atividade manufatureira é fatal para o país porque esse setor é responsável por aumento de produtividade, por ganhos tecnológicos. Esse dado da indústria é muito ruim. Essa abertura comercial violenta que o Milei tem feito também destrói o pouco que restou de indústria na Argentina", completou.

Para o especialista, a tendência é a Argentina se desindustrializar cada vez mais, focando a economia apenas no setor agroexportador de matérias-primas. "Não está descartado um cenário de recessão e, possivelmente, nova crise cambial com enorme dívida em dólares", analisa Paulo Gala. A Argentina tem contraído novos empréstimos com bancos internacionais, em dólares, para segurar o valor do peso.

**POPULARIDADE**

Além da situação econômica difícil, recentes casos de corrupção têm contribuído para a queda nos índices de popularidade do governo. Um dos exemplos é a investigação sobre suposto enriquecimento ilícito do chefe de gabinete de Milei, Manuel Adorni, que tem tido que se explicar sobre viagens de luxo e compra e reforma de imóveis supostamente incompatí-

veis com sua renda.

As pesquisas de opinião têm registrado índices de desaprovção superiores a 60%, marcando os piores números desde que assumiu a Casa Rosada, em dezembro de 2023. A da Atlas Intel do final de abril indicou uma reprovação de 63% da figura do Milei, com uma aprovação de 35%. A corrupção e o desempenho econômico são os fatores determinantes para a queda na popularidade.

Segundo a consultoria Zenatrix, 66,6% da população avalia que se "quebrou" a promessa "anti-casta" de combate à corrupção de Milei. "A corrupção surge como o principal desafio do país, mesmo entre aqueles que votaram no partido governante em 2025, superando o desemprego, a inflação ou os salários", diz a empresa de pesquisas de opinião.

O cientista político argentino Leandro Gabiati explicou o Agênciã Brasil que Milei foi eleito muito em cima do discurso de combate à corrupção, o que tem sido desconstruído ao longo do mandato.

"Esse governo colocou a pauta da corrupção como uma política de Estado. Quando se observa que há casos envolvendo alguns funcionários do governo, como é o caso do chefe de gabinete, que seria uma espécie de primeiro-ministro, isso afeta a imagem do governo, desgasta o governo e cria problemas", explicou. Ao mesmo tempo, Gabiati diz que a população reconhece a conquista do governo de reduzir a inflação, porém, pondera que os preços continuam subindo.

"Obviamente, essa inflação, que dá uns 30% a 40% ao ano, é uma inflação importante. Reduzir demandaria mais esforço, tanto da sociedade, quanto do

governo", diz o especialista. Mas o que tem jogado a favor do governo Milei é a desorganização e a desaprovção da população em relação à oposição ao governo da Argentina.

"Isso aí quer dizer que o governo terá problemas na eleição presidencial de 2027? Isso é algo que ainda está muito longe no radar. O governo tem alguns problemas que terá que resolver agora, mas a oposição ainda permanece desorganizada e sem ser uma opção política clara para o eleitor argentino", avalia.

Em uma notícia positiva para o governo, a consultoria de riscos Fitch Rating elevou a nota de crédito da Argentina de CCC+ para B-, com perspectiva de estabilidade, ao reconhecer as melhorias na "situação fiscal" e na balança externa do país. Em consequência, a bolsa de Buenos Aires opera em alta nesta quarta-feira (6). Porém, para o economista Paulo Gala, isso não muda o quadro geral da economia argentina.

**IMPRENSA**

Em meio a esse contexto, o governo Milei tem escolhido a imprensa como um dos seus alvos. No final de abril, o governo proibiu a entrada de jornalistas na Casa Rosada, prejudicando cerca de 60 profissionais que cobriam o Poder Executivo, em Buenos Aires.

Algumas emissoras foram acusadas de filmarem áreas do edifício sem autorização, o que foi negado pelas empresas de mídia. Após críticas contra a medida, apontada como uma violação à liberdade de imprensa na Argentina, o governo reabriu a Casa Rosada para imprensa nesta segunda-feira (3), mantendo ainda restrições à circulação na sede do poder do país vizinho.

**NA CASA BRANCA**

# Comércio e crime organizado serão temas de reunião entre Lula e Trump

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva embarcou ontem para Washington, nos Estados Unidos, onde tem um encontro com o presidente do país, Donald Trump. Comércio e combate ao crime organizado são os principais temas da reunião que está marcada para hoje na Casa Branca.

O governo brasileiro vai aproveitar a oportunidade para mostrar o que tem feito visando o combate às organizações criminosas.

No mês passado, Brasil e Estados Unidos anunciaram um acordo de cooperação mútua visando combater o tráfico internacional de armas e drogas. A parceria prevê o compartilhamento de infor-

mações sobre apreensões feitas nas aduanas dos dois países, de forma a viabilizar uma investigação célere de padrões, rotas e vínculos entre remetentes e destinatários de produtos ilícitos.

Outros temas podem surgir durante a reunião de trabalho, inclusive sobre geopolítica e exploração de terras raras e minerais críticos. O encontro vinha sendo negociado pelas equipes dos dois presidentes e foi fechado há alguns dias. A princípio, Lula viaja apenas para a conversa com Trump e deve embarcar de volta ao Brasil após o encontro.

Fazem parte da comitiva presidencial os ministros das Relações

Exteriores, Mauro Vieira; da Justiça e Segurança Pública, Wellington César; da Fazenda, Dario Durigan; do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Márcio Elias Rosa; de Minas e Energia, Alexandre Silveira, e o diretor-geral da Polícia Federal, Andrei Rodrigues.

**RELAÇÃO BILATERAL**

Em entrevista aos veículos públicos da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), Durigan disse ter a expectativa de que a viagem aos EUA ajude a normalizar a relação entre os dois países, ainda que haja forças de oposição atuando contra.

"Minha expectativa é que a

gente siga normalizando a relação bilateral com os Estados Unidos. A gente não pode admitir que elementos estranhos, que inclusive joguem contra o país, fiquem criando problema para a população brasileira", disse.

O ministro reiterou que, no encontro com as autoridades estadunidenses, o governo brasileiro informará que vai fazer uso de medidas de reciprocidade, caso os Estados Unidos venham a aplicar tarifas por razões políticas contra o Brasil. Ele disse, também, que o governo brasileiro reiterará sua disposição em seguir combatendo o crime organizado, de forma colaborativa, como sempre fez.

**GUERRA**

# Iraniano: proposta dos EUA é uma 'lista de desejos' e não uma 'realidade'

GEOVANNA HORA/AE

Um parlamentar iraniano afirmou ontem, que a proposta feita pelos Estados Unidos para pôr fim à guerra com o Irã é uma "lista de desejos" e não uma "realidade".

"O texto do Axios é uma lista de desejos dos americanos e não uma realidade", escreveu Ebrahim Rezaei, porta-voz da Comissão de Segurança Nacional e Política Externa do Parlamento do Irã, em publicação no X.

"Os americanos não vão conseguir em uma guerra fracassada

aquilo que não obtiveram em negociações diretas", disse Rezaei.

"O Irã está com o dedo no gatilho e preparado. Se não se renderem e não concederem as devidas concessões, ou se eles próprios ou seus 'cães' fizerem alguma provocação, daremos uma resposta dura e lamentável", acrescentou o parlamentar.

A declaração faz referência a uma reportagem publicada pelo site Axios, que afirmou que Washington e Teerã negociam um memorando de entendimento, com 14 pontos, para encerrar o

conflito. Segundo o site, os EUA exigiram que o Irã interrompa o enriquecimento de urânio por 20 anos. Teerã, por sua vez, teria proposto uma pausa de cinco anos.

O Axios informou também, com base em fontes sigilosas, que Washington quer inserir uma cláusula para garantir que, caso o Irã volte a enriquecer urânio antes do prazo, a suspensão seja prolongada.

De acordo com a proposta, o Irã se comprometeria a nunca buscar armas nucleares ou realizar atividades relacionadas à sua

produção. Em contrapartida, os EUA levantariam progressivamente as sanções impostas ao país e liberariam gradualmente bilhões de dólares em fundos iranianos congelados ao redor do mundo.

Outro ponto citado pelo Axios é a remoção do urânio enriquecido do território iraniano, com a qual Teerã teria concordado. Desde o início das negociações, o programa nuclear é o ponto central do conflito, já que o governo iraniano resistia às exigências do presidente americano, Donald Trump.

**Nota****FRANÇA PEDE QUE QUESTÃO DE ORMUZ SEJA TRATADA SEPARADAMENTE DAS NEGOCIAÇÕES EUA-IRÃ**

A França afirmou que a questão do Estreito de Ormuz deve ser discutida separadamente como parte das negociações entre o Irã e os Estados Unidos, e que seus aliados estão prontos para garantir a segurança no estreito, mas apenas tomarão ações defensivas, segundo informações do Palácio do Eliseu ontem. No entanto, o Eliseu enfatizou mais uma vez que qualquer missão em Ormuz só será possível se o Irã participar das negociações, reiterando que o a via navegável não pode ser reaberta à força. O presidente francês, Emmanuel Macron, disse que a França não era o alvo pretendido de um ataque a um navio de contêineres de propriedade da transportadora francesa CMA CGM no estreito, ação que feriu membros da tripulação na terça-feira. "De forma alguma a França foi alvo", comentou Macron aos ministros durante uma reunião de gabinete ontem, segundo a Dow Jones Newswires. Macron acrescentou que o navio estava com bandeira de Malta, e a França não havia participado do "Projeto Liberdade" - a iniciativa de curta duração dos EUA para guiar navios através de Ormuz.